



CAPÍTULO VIII

*Dulce Magalhães**

ESCOLA E ESCOLARIDADE NO NORTE DE PORTUGAL: PRÁTICAS EM MUDANÇA

Portugal é um país que de há quatro décadas a esta parte se tem vindo a caracterizar por fortes mudanças de âmbito estrutural¹. Estes dinamismos, desigualmente marcados em termos territoriais, vêm, acentuada mas desproporcionalmente, reconfigurando o seu traçado e a sua estrutura².

A escolaridade é uma dimensão chave na análise desenvolvimentista de qualquer país, porquanto se interliga a outras dimensões vitais a este nível, nomeadamente económico, por entreposto mercado de emprego. Tenha-se presente o seu impacto no que respeita à aquisição de saberes, competências, qualificações e recursos, transferidos para o mercado de trabalho e, por conseguinte, transmutados (ou não) em empregabilidade com repercussões imediatas na estrutura de classes do país. Assim, compreender-se-á a pertinência da análise de um leque significativo de variáveis inerentes à escolarização, porquanto é líquido o seu contributo no que toca à configuração ou reconfiguração do traçado social do país.

Com este estudo torna-se claro todo um processo que se tem vindo a desenvolver evidenciando-se reconfigurações ao nível da escolaridade, sobressaindo recuos e avanços ao nível de apostas num processo não alheio à transmissão e aquisição de competências cuja mais-valia imediata se perfila ao nível profissional. Portugal, um país com traços estruturais irregulares e não uniformes, ao longo do seu reduzido território, tem vindo a ser alvo de dinâmicas mais ou menos acentuadas em dimensões várias não alheias a um processo de europeização e mesmo de globalização. Importa assim, perceber de que forma esse dinamismo tem vindo a afectar a Região Norte e qual o sentido dessa afectação.

A análise que se segue pretende dar conta da evolução da escolaridade das populações na Região Norte de Portugal. Pretendemos, então, com este estudo não só analisar, diagnosticar e interpretar o estado decorrente no Norte de Portugal face ao objectivo delineado, como também, sempre que justificado, avançar para uma comparação com o país. Isto é, por um lado, impõe-se um confronto sistemático com o país na sua globalidade, sem contudo nos

* Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

¹ É o caso, por exemplo, das migrações internas, êxodo rural e/ou agrícola, fenómenos de urbanização, sub-urbanização, litoralização e desertificação do interior, retorno, mas também da feminização no trabalho, da terciarização e alargamento e massificação da escolaridade, entre outros.

² Cf. Barreto (1996), Ferrão (1982; 1985; 1996), entre outros.



particularizarmos para além da Região aqui em causa; por outro, sempre que se mostrou relevante, procedemos a uma análise mais minuciosa, ventilando os dados da Região Norte nos seus compostos sub-regionais, isto é, reportar-nos-emos a uma análise mais fina, fragmentada ao nível das NUT III da Região Norte.

Neste capítulo ir-se-ão abordar quatro vertentes referentes ao tema em questão: equipamentos escolares, demografia escolar, habilitações académicas e ensino superior.

Os dados que nortearam esta pesquisa foram recolhidos do Instituto Nacional de Estatística (INE) e, mais especificamente, de três fontes documentais: Recenseamentos Gerais da População, Anuário Estatístico da Região Norte e Estatísticas da Educação. Assim, apostou-se tanto quanto possível, em séries temporais, ou, na impossibilidade de as obter face à indisponibilidade de dados, optou-se por elencar os dados referentes aos Recenseamentos Gerais da População. O facto de os dados nem sempre terem sido arrumados da mesma forma, apesar de terem suscitado alguma dificuldade, não impossibilitou a análise, uma vez que através de aproximações foi possível contornar-se esse obstáculo. Aliás, trabalhar com dados e informações estatísticas traduz, não raro, desafios que, com alguma persistência e trabalho acrescido, vêm sendo vencidos.

1. Equipamentos escolares

Qualquer estudo que se pretenda efectuar sobre o vasto tema da escola, incide não só nos utentes da escola, colocando, por conseguinte a tónica nos sujeitos, mas também na variável espaço onde decorre a “oferta” escolar, seja ela de que tipo for. Neste sentido, importa incluir no estudo uma análise respeitante aos estabelecimentos em geral, até porque não há ensino sem espaço onde seja ministrado. Optámos, então, por considerar o tipo de estabelecimentos de ensino, relativamente à sua natureza institucional – público/privado – bem como relativamente aos níveis de ensino ministrados em cada um deles.

Desta feita, atendendo aos dados disponíveis e considerando uma sequência lectiva entre 1995/96 a 2002/03 – Quadro 1 e 2 –, a primeira constatação reporta-se ao facto de, na totalidade dos estabelecimentos de ensino, predominarem os do ensino básico de 1º ciclo em todos os períodos de análise, tanto em número absoluto como relativo. Seguem-se, em volume, os estabelecimentos de educação pré-escolar, a partir dos quais o número de estabelecimentos para cada nível de ensino diminuir, drasticamente, não contabilizando, regra geral, 10,0% de estabelecimentos³, face ao total. O número de estabelecimentos do ensino superior regista mesmo valores relativos residuais.

³ Quadro K.01.02 da base de dados.



Esta situação, ainda muito articulada a um investimento não muito significativamente activo na educação, explica a maior necessidade de estabelecimentos que acolham alunos do 1º ciclo do ensino básico, uma vez que as desistências da escola e da educação formal aumentam assustadoramente a partir da conclusão deste ciclo. Atesta este facto o número significativo de alunos que frequentam, também maioritariamente, este nível de ensino, como se poderá comprovar adiante⁴, face à diferença abissal encontrada no extremo oposto – ensino superior. Assim, dado o menor número de alunos nos ciclos de ensino mais adiantados que ainda se verifica em meados dos anos 90 do século passado, não admira, pois, que o número de estabelecimentos dos ciclos de ensino respectivos marque, pela negativa, uma distância significativa face àqueles.

Quadro 1
Estabelecimentos de ensino por nível de ensino ministrado e natureza institucional
em 1995 / 1996, 1998 / 1999 e 2002 / 2003 a)

		1995 / 1996		1998 / 1999		2002 / 2003		Taxa de Variação 1995/96 - 2002/03	
		Região Norte	Portugal	Região Norte	Portugal	Região Norte	Portugal	Região Norte	Portugal
Educação Pré- escolar	Total	1.711	5.378	2.236	6.345	2.483	6.742	45,1	25,4
	Público	1.143	3.427	1.597	4.197	1.878	4.620	64,3	34,8
	Privado	568	1.951	639	2.148	605	2.122	6,5	8,8
Ensino Básico de 1º Ciclo	Total	3.893	10.017	3.797	9.619	3.637	9.143	- 6,6	- 8,7
	Público	3.773	9.438	3.664	9.059	3.511	8.613	- 6,9	- 8,7
	Privado	120	579	133	560	126	530	5,0	- 8,5
Ensino Básico de 2º Ciclo	Total	574	1.584	563	1.528	556	1.500	- 3,1	- 5,3
	Público	513	1.373	490	1.281	481	1.258	- 6,2	- 8,4
	Privado	61	211	73	247	75	242	23,0	14,7
Ensino Básico de 3º Ciclo	Total	412	1.273	457	1.377	470	1.418	14,1	11,4
	Público	343	1.067	382	1.149	392	1.188	14,3	11,3
	Privado	69	206	75	228	78	230	13,0	11,7
Ensino Secundário	Total	208	664	209	671	206	669	-1,0	0,8
	Público	156	513	154	517	152	520	-2,6	1,4
	Privado	52	151	55	154	54	149	3,8	-1,3
Ensino Profissional / Qualificante ^c	Total	98	b)	82	228	101	275	3,1	b)
	Público	9	b)	9	25	14	35	55,6	b)
	Privado	89	b)	73	203	87	240	-2,2	b)
Ensino Superior	Total	91	290	93	303	102	325	12,1	12,1
	Público	42	160	43	166	45	177	7,1	10,6
	Privado	49	130	50	137	57	148	16,3	13,8

Notas:

a) Cada estabelecimento é contabilizado tantas vezes quantos os níveis de ensino que ministra. No ano de 1996/1997, 1997/1998 e 2003/2004 não foram apurados os dados da Madeira, daí que não estejam disponíveis os totais nacionais.

b) Dado não disponível.

c) No ano de 2002/2003 e 2003/2004 para obter a categoria ensino profissional / qualificante, foram adicionadas escolas profissionais ao ensino pós-secundário não superior.

Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*.

⁴ Todos os capítulos deste texto, inerente à dimensão *Escola e Escolaridade*, corroboram esta constatação; ver, com particular cuidado o sub-capítulo 2.4, respeitante às taxas de escolarização.



Grosso modo, pode-se também considerar que o peso relativo de cada tipo de estabelecimento de ensino da Região Norte é bastante próximo do do país no que respeita à grande maioria dos valores disponíveis apresentados. No entanto, analisando mais minuciosamente, acresce que se para o ensino do 1º ciclo o peso relativo dos estabelecimentos é ligeiramente superior na Região Norte, considerando a média do continente, já para todos os demais níveis de ensino, registando-se uma proximidade acentuada, impera, contudo, a superioridade relativa do número de estabelecimentos no país.

Esta situação percebe-se se tivermos em conta uma outra que se interliga com as possibilidades de se investir a nível de equipamentos escolares em função do contingente de utentes virtuais a usufruir dessa oferta. Isto é, o funcionamento de um estabelecimento de ensino justifica-se, precisamente, pelo número de alunos nele inscritos.

Quadro 2

Estabelecimentos de ensino por nível de ensino ministrado e natureza institucional (%do total) a)

Ano Lectivo	Unidade Territorial	Educação Pré-Escolar	Ensino Básico 1º Ciclo	Ensino Básico 2º Ciclo	Ensino Básico 3º Ciclo	Ensino Secundário	Ensino Profissional b)	Ensino Superior
1995 / 1996	Portugal	28,0	52,2	8,2	6,6	3,5	c)	1,5
	Região Norte	24,5	55,7	8,2	5,9	3,0	1,4	1,3
1996 / 1997	Portugal	c)	c)	c)	c)	c)	c)	c)
	Região Norte	27,5	53,9	7,9	6,0	2,3	1,2	1,2
1997 / 1998	Portugal	c)	c)	c)	c)	c)	c)	c)
	Região Norte	28,8	52,0	7,9	6,1	2,8	1,1	1,3
1998 / 1999	Portugal	31,6	47,9	7,6	6,9	3,3	1,1	1,5
	Região Norte	30,1	51,1	7,6	6,1	2,8	1,1	1,3
1999 / 2000	Portugal	32,4	47,3	7,5	6,9	3,3	1,1	1,5
	Região Norte	31,4	50,2	7,4	6,0	2,8	1,0	1,2
2000 / 2001	Portugal	33,0	46,9	7,2	7,0	3,3	1,1	1,5
	Região Norte	18,9	70,4	4,2	3,6	1,6	0,6	0,7
2001 / 2002	Portugal	33,4	46,4	7,0	7,0	3,3	1,2	1,6
	Região Norte	32,9	48,8	7,0	6,2	2,7	1,1	1,2
2002 / 2003	Portugal	33,6	45,6	7,5	7,1	3,3	1,4	1,6
	Região Norte	32,9	48,1	7,4	6,2	2,7	1,3	1,4
2003 / 2004	Portugal	c)	c)	c)	c)	c)	c)	c)
	Região Norte	33,5	46,9	7,0	6,2	2,7	2,4	1,3

Notas:

a) Cada estabelecimento é contabilizado tantas vezes quantos os níveis de ensino que ministra.

b) Ensino Profissional / Qualificante.

c) Dado não disponível.

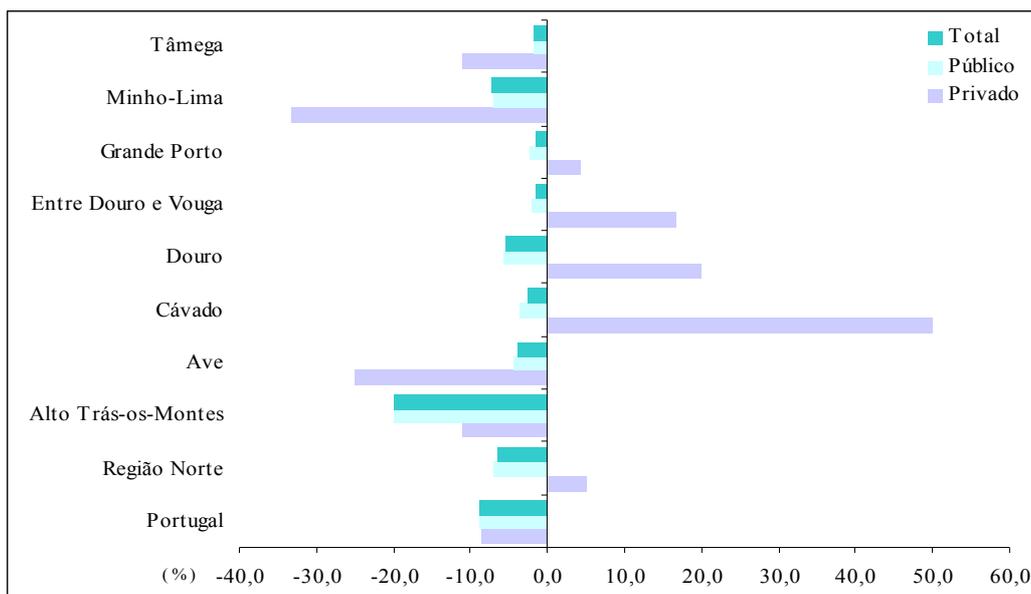
Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*.



Vejam os de imediato qual a variação do número de estabelecimentos ao longo dos nove anos em análise: 1995/96 a 2002/03 – Gráfico 1.

Em traços largos destaca-se uma evolução negativa no que respeita ao número de estabelecimentos do ensino básico, 1º e 2º ciclos e uma evolução positiva ao nível do 3º ciclo e do ensino superior.

Gráfico 1
Evolução do número de estabelecimentos do 1º ciclo entre 1995/96 e 2002/2003⁵



Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*.

O decréscimo do número de estabelecimentos fica-se a dever essencialmente à diminuição da taxa de nascimentos, que por sua vez se reflecte no fecho de unidades de ensino, dada a exiguidade de alunos, nomeadamente nas sub-regiões da Região Norte.

É sabido que um estabelecimento de ensino acarreta despesas que só se justificam se garantido o seu funcionamento, o que acontece pelo número de alunos. Assim, a perda sucessiva de alunos, quer por inexistência dos mesmos, quer por abandono, coloca em risco a funcionalidade do estabelecimento, levando mesmo ao seu encerramento. Somos de opinião que esta situação não vai de encontro ao cumprimento dos patamares mínimos fixados por lei – nove anos de escolaridade obrigatória; antes, pelo contrário, emerge daqui uma evolução em espiral para baixo, senão vejamos: o encerramento das portas de um estabelecimento de ensino, nomeadamente relativo aos primeiros ciclos do ensino básico acarreta a deslocação dos poucos alunos existentes no local para outro local, não raro, situado a uma distância desmotivadora no

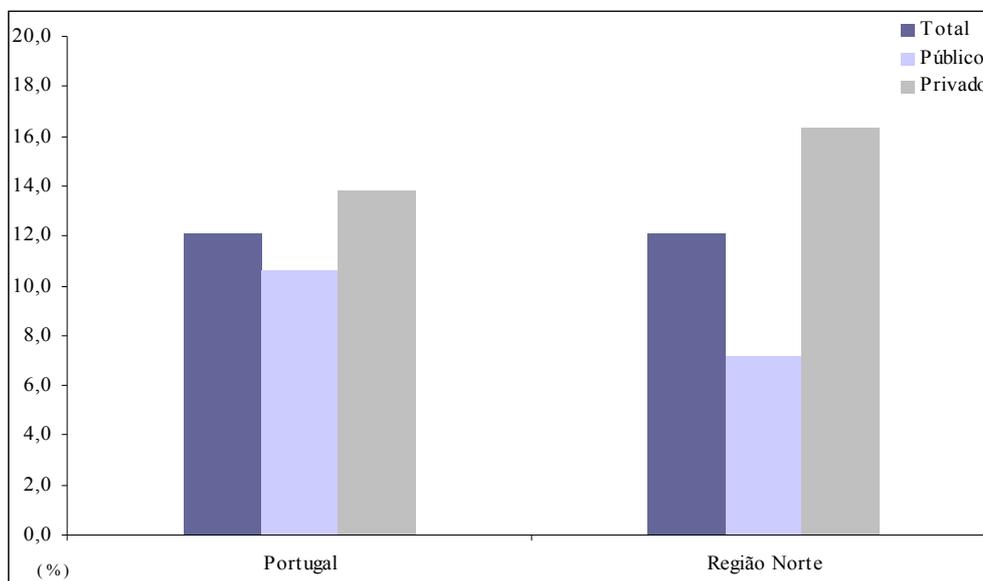
⁵ Gráfico construído com base no cálculo da taxa de variação relativa ao número de estabelecimentos do 1º Ciclo entre os anos lectivos de 1995/06 e 2002/03 registados no Anuário Estatístico da Região Norte, INE. Ver Quadro K.01.01 na Base de Dados.



que respeita à frequência diária das aulas. Por sua vez, a situações de cariz estruturais acresce a tendência para o abandono escolar precoce, o que não vai favorecer a criação de estratégias inovadoras para o desenvolvimento da sub-região em questão.

No entanto, a evolução positiva registada ao nível do número dos estabelecimentos do Ensino Superior não pode deixar de ser exaltada. Repare-se, antes de mais, que ao contrário do que acontece com o país onde aumenta mais a oferta pública, na Região Norte esse aumento é superior no que respeita à oferta de estabelecimentos privados, traduzindo-se numa taxa de variação de 16,3%, que se fica a dever, essencialmente ao aumento verificado no ano lectivo de 2002/03 (passou de 49 estabelecimentos para 57). A propósito deste aumento, chamaríamos a atenção para o desenvolvimento de que a academia tem vindo a ser alvo nomeadamente no Alto Trás-os-Montes e no Minho-Lima. É certo que desse investimento não usufruem apenas os autóctones; estudantes duma área mais abrangente são contemplados tendo acesso a essa oferta. Contudo, tratam-se de focos de investimento que, potencialmente, se podem traduzir em pólos de desenvolvimento, se for tida em linha de conta a especificidade da oferta académica e a sua repercussão na região onde a academia está implantada.

Gráfico 2
Evolução do número de estabelecimentos do ensino superior entre 1995/96 e 2002/2003⁶



Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*.

Até ao ensino secundário, prevalece a oferta de estabelecimentos de público, tanto para o continente como para a Região Norte. A partir desse nível de ensino, o cenário muda, o que

⁶ Gráfico construído com base no cálculo da taxa de variação relativa ao número de estabelecimentos do Ensino Superior entre ao anos lectivos de 1995/06 e 2002/03 registados no Anuário Estatístico da Região Norte, INE.

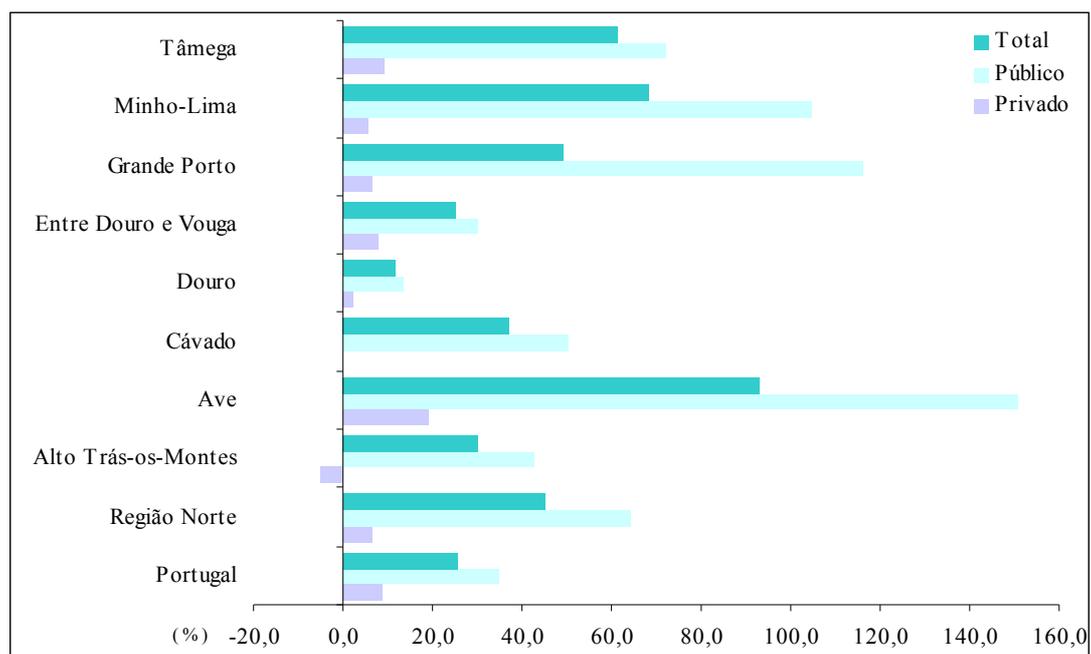


terá a ver não só com as potencialidades da região, mas também com o investimento efectuado ao nível académico que assim pode traduzir-se beneficemente através, por exemplo, de focos de desenvolvimento.

Atente-se nas tendências evolutivas opostas encontradas aquando da análise do volume de estabelecimentos entre o básico de 1º ciclo e o ensino superior. Os gráficos 1 e 2 demonstram-nas inequivocamente. São os estabelecimentos de ensino básico do 1º ciclo que, predominando em número, sofrem uma evolução negativa nesta década, diminuindo a sua oferta, enquanto que o número dos de ensino superior, residuais à partida, são alvo de evolução positiva, proliferando a sua oferta, o que revela mudanças significativas em curso, radicadas no volume de alunos que usufruem dessa oferta.

Já no que refere à educação pré-escolar, o panorama muda de figura, como mostra o Gráfico 3.

Gráfico 3
Evolução do número de estabelecimentos de educação pré-escolar entre 1995/96 e 2002/2003⁷



Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*.

Neste nível de ensino, patamar preparatório para a trajectória académica, a evolução do número de estabelecimentos é francamente positiva tanto para a Região Norte como para as suas sub-regiões, à excepção do Alto Trás-os-Montes; este aumento fica, contudo, a dever-se essencialmente a uma oferta proveniente do sector público. Ainda assim, valeria a pena ressaltar

⁷ Gráfico construído com base no cálculo da taxa de variação relativa ao número de estabelecimentos da Educação Pré-Escolar entre os anos lectivos de 1995/06 e 2002/03 registados no Anuário Estatístico da Região Norte, INE. Ver Quadro K.01.01 na Base de Dados.



o pico evolutivo registado no Ave, seguindo-se o Grande Porto. Se atentarmos ao facto de se tratarem de regiões onde a oferta de emprego supera a encontrada nas restantes regiões⁸, compreender-se-á a justificação da oferta de infantários e/ou de creches, dada a necessidade de se garantir aos trabalhadores, soluções credíveis relativamente aos filhos em idades pré-escolares. A solução passa certamente pela oferta de estabelecimentos de educação pré-escolar, já que os investimentos públicos encontram, nestas condições, justificação legitimada.

2. Demografia escolar

Nesta vertente interessa-nos, particularmente, apurar o panorama relativamente aos dois tipos de protagonistas que mais se salientam na escola e a propósito da escola em qualquer estudo afim; referimo-nos aos alunos, público-alvo e consumidor por excelência do ensino, bem como aos docentes, protagonistas sem os quais não há ensino, pelo menos nos moldes clássicos em que este é efectuado.

Importa, então, apurar não só o perfil de cada um destes contingentes mas também a sua evolução ao longo de uma década. Este exercício tem como objectivo perceber se a Região Norte goza de uma distribuição (des)equilibrada no que toca ao público afluente à escola, aos diferentes níveis de ensino e, se possível, qual a natureza institucional do ensino que mais tem vindo a ser alvo de investimentos públicos ou privados.

2.1. Contingente discente

Neste sub-capítulo balizar-nos-emos, essencialmente, entre o 1º ciclo do ensino básico e o ensino secundário; as vertentes relativas ao ensino pré-escolar serão alvo de análise menos detalhada e o ensino superior será mais desenvolvido no sub-capítulo 4.

Partindo do volume total deste contingente assiste-se, para cada nível de ensino e entre os anos lectivos de 1995/96 e 2005/06, a uma diminuição, quer em Portugal, quer na Região Norte. Essa diminuição, que se traduz numa taxa de variação francamente negativa como nos demonstra a Quadro 3, não é sentida de forma homogénea nem em termos espaciais (Portugal *versus* Região Norte e espaços intra-regionais) nem por níveis de ensino. Isto é, se até ao 2º

⁸ O Vale do Ave tem vindo a ser palco de estratégias desenvolvimentistas que integram laboralmente população activa, nomeadamente ao nível do sector secundário, “onde representa mais de 60% do emprego e onde a indústria têxtil detém um papel muito importante”; assim se compreende que “a participação das mulheres no emprego [seja] bastante alta em relação à média portuguesa, para o que concorre, sem dúvida, o tipo de especialização industrial predominante (têxtil e vestuário)” (Comunidades Europeias, 1998). No contexto actual, as transformações porque têm vindo a passar as famílias leva à necessidade de se encontrarem soluções consideradas seguras no que respeita ao encargo dos filhos em período laboral. Os infantários têm sido uma aposta considerável, justificando investimentos públicos a este nível.



ciclo do ensino básico Portugal apresenta, para a totalidade de cada um destes dois níveis de ensino, uma taxa de variação inferior à da sua Região Norte, a partir do 3º ciclo já se regista precisamente o inverso: A Região Norte evidencia uma diminuição de alunos inferior à apresentada pelo país. Para além disto, em cada um dos dois primeiros níveis de ensino, o comportamento demográfico dos alunos apresenta uma outra regularidade – pese embora a sua diminuição inequívoca, ao ser tida em linha de conta a natureza institucional de cada nível de ensino, o ensino privado apresenta-se com uma procura francamente positiva para ambas as unidades geográficas em estudo. Mais: na Região Norte, a procura do ensino privado, apesar de positiva entre 1995 e 2005, é menor no segundo nível de ensino. A partir deste nível de ensino assiste-se a uma diminuição notória da procura do ensino privado que assume um ritmo acelerado no referente ao ensino secundário.

Quadro 3

Número de alunos matriculados no ensino regular por nível de ensino e natureza institucional de 1995/1996, 2000 / 2001 e 2005/2006 e taxa de variação

		1995 / 1996		2000 / 2001		2005 / 2006		Taxa de Variação 1995/96 - 2005/06	
		Região Norte	Portugal	Região Norte	Portugal	Região Norte	Portugal	Região Norte	Portugal
Educação Pré-escolar	Total	213.191	541.422	201.026	519.036	184.513	495.082	-13,5	-8,6
	Público	200.763	494.212	186.319	466.785	171.335	446.544	-14,7	-9,6
	Privado	12.428	47.210	14.707	52.251	13.178	48.538	6,0	2,8
Ensino Básico de 1º Ciclo	Total	118.738	304.510	102.735	262.929	96.176	252.636	-19,0	-17,0
	Público	109.774	278.899	93.289	235.003	87.098	225.054	-20,7	-19,3
	Privado	8.964	25.611	9.446	27.926	9.078	27.582	1,3	7,7
Ensino Básico de 2º Ciclo	Total	157.122	429.278	147.423	380.570	140.086	361.074	-10,8	-15,9
	Público	143.109	391.667	133.953	341.566	126.466	321.114	-11,6	-18,0
	Privado	14.013	37.611	13.470	39.004	13.620	39.960	-2,8	6,2
Ensino Básico de 3º Ciclo	Total	126.210	438.393	112.331	339.091	83.402	240.439	-33,9	-45,2
	Público	110.721	401.008	89.112	281.570	72.336	217.371	-34,7	-45,8
	Privado	15.489	37.385	23.219	57.521	11.066	23.068	-28,6	-38,3
Ensino Secundário	Total	213.191	541.422	201.026	519.036	184.513	495.082	-13,5	-8,6
	Público	200.763	494.212	186.319	466.785	171.335	446.544	-14,7	-9,6
	Privado	12.428	47.210	14.707	52.251	13.178	48.538	6,0	2,8

Notas:

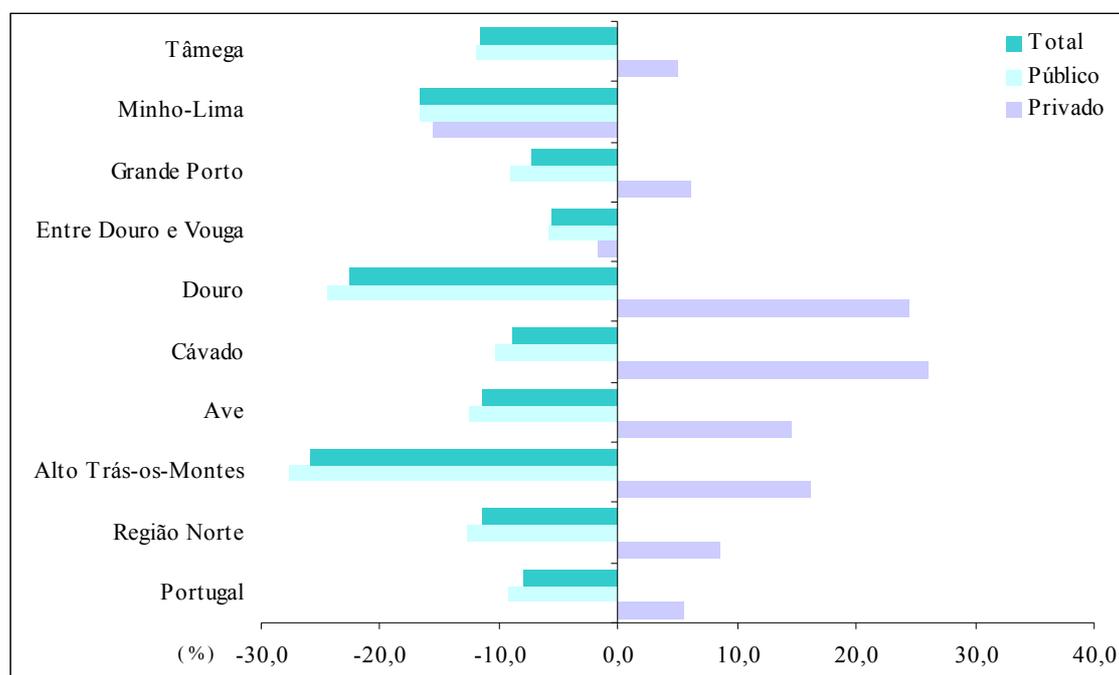
a) Não inclui os cursos profissionais de nível 2.

b) Dado não disponível.

Fonte: INE, *Estatísticas da Educação*; INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*; INE, *Recenseamento Escolar*



Gráfico 4
Evolução do efectivo de alunos inscritos no 1º ciclo entre 1995/96 e 2002/2003⁹



Fonte: INE, *Estatísticas da Educação*; INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*; INE, *Recenseamento Escolar*.

Também o país apresenta esta mesma regularidade, mas incidindo os seus valores numa diminuição mais drástica; repare-se que em Portugal, o número de alunos matriculados no ensino secundário sofre um retrocesso extraordinário, diminuindo para quase metade (-45,2%) se tomarmos como referência o ano lectivo de 1995/96 – Quadro 3.

Em todo o caso, as médias de recuo entre o país e a Região aqui em análise não são idênticas; apesar do contingente de alunos matriculados variar no mesmo sentido, não revela o mesmo ritmo de variação. Por outras palavras, até ao 2º ciclo é a Região Norte que perde mais alunos; a partir desse nível de ensino a maior perda é vivida pelo país.

Em termos de natureza institucional prevalece sempre, em todas as situações temporais e espaciais, o ensino público, e com uma diferença gritante entre este e o privado.

Importa agora, tentar perceber se ao nível das sub-regiões da Região Norte e ao longo desta década, o comportamento é regular no que respeita ao contingente de alunos. Como seria de esperar, existe uma discrepância notável entre as NUT's III da Região Norte, constatando-se ser o Grande Porto a sub-região que mais alimenta este contingente, imediatamente seguido, mas com alguma distância, do Ave, Cavado e Tâmega, NUT's em desenvolvimento, conforme já referimos acima.

⁹ Gráfico construído com base no cálculo da taxa de variação relativa ao número de alunos inscritos no 1º Ciclo entre os anos lectivos de 1995/06 e 2002/03 registados no Anuário Estatístico da Região Norte, INE.



Finalmente convém explicitar, que apesar da evolução acima verificada, o peso relativo do número total de alunos existentes na Região Norte face a Portugal, em cada nível de ensino, tem vindo a ser alvo de um comportamento evolutivo regular ao longo da década, isto é, tal como já havia sido constatado a propósito de um outro contexto, efectua-se uma paulatina diminuição do peso relativo dos alunos do 1º e 2º ciclos do ensino básico na Região Norte face ao país, e um aumento, nos dois níveis seguintes, sendo paulatino o verificado no 3º ciclo e mais acentuado o aferido no secundário, o que vem reforçar leituras anteriores – Anexo A.

Uma vez que temos vindo a assistir a uma diminuição generalizada do número de alunos matriculados, importaria verificar se, por um lado, essa diminuição se faz sentir também no número de alunos matriculados nos anos terminais por nível e tipo de ensino e, por outro, se o padrão comportamental encontrado é idêntico entre Portugal e a Região Norte – Quadro 4.

Quadro 4
Alunos matriculados nos anos terminais por nível e tipo de ensino (%) a)

Ano Lectivo	Região Norte					Portugal				
	Ensino Básico		Ensino Secundário			Ensino Básico		Ensino Secundário		
	Regu- lar	Cursos Profis- sionais	Gerais	Cursos Tecno- lógicos	Cursos Profis- sionais	Regu- lar	Cursos Profis- sionais	Gerais	Cursos Tecno- lógicos	Cursos Profis- sionais
1996 / 1997	78,4	0,4	39,6	12,8	5,5	b)	b)	b)	b)	b)
1997 / 1998	78,8	0,4	48,3	15,1	5,2	b)	b)	b)	b)	b)
1998 / 1999	99,8	0,2	67,2	18,8	7,6	99,8	0,2	66,3	16,6	6,5
1999 / 2000	99,6	0,4	70,1	17,8	7,6	99,7	0,3	69,8	15,9	7,0
2000 / 2001	98,5	0,2	72,2	19,1	8,0	97,3	0,2	74,9	17,3	7,4
2001 / 2002	98,4	0,3	71,0	17,6	10,8	97,6	0,2	82,1	17,4	b)
2002 / 2003	98,0	0,3	71,2	16,5	11,7	97,8	b)	82,2	17,3	b)
2003 / 2004	96,3	0,3	73,4	15,6	10,3	95,9	0,3	73,9	14,8	10,8

Notas:

a) A soma das parcelas poderá não ter correspondência com o total da categoria, uma vez que, foram seleccionados apenas alguns tipos de ensino.

b) Dado não disponível.

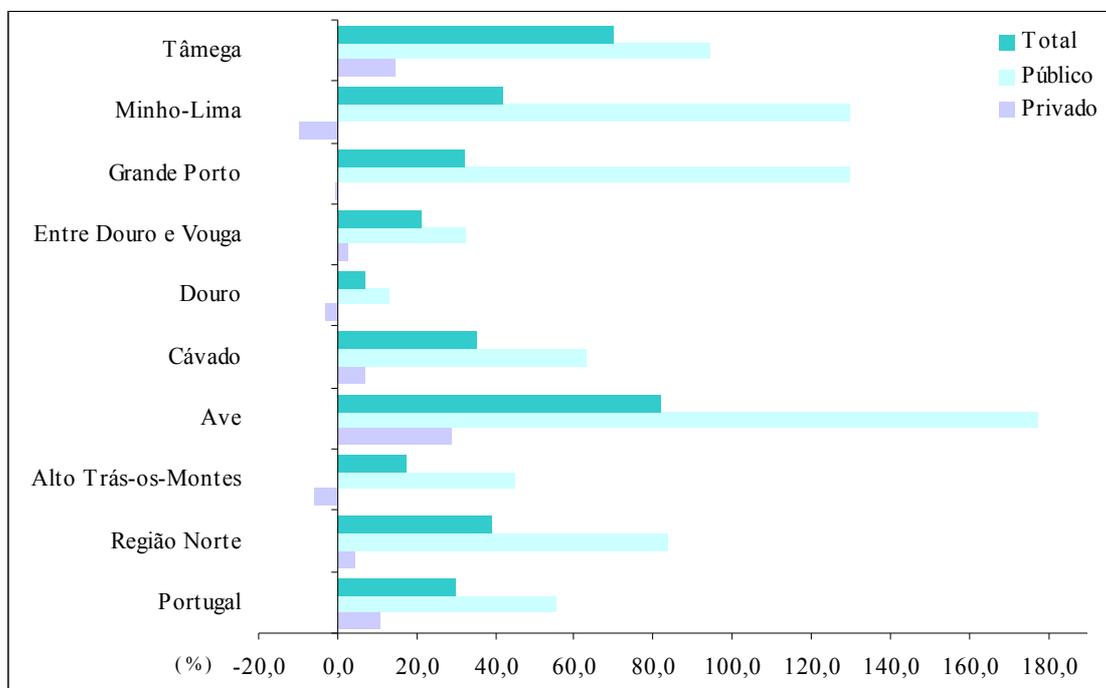
Fonte: INE, *Estatísticas da Educação*.

De facto, também aqui a evolução é nitidamente negativa e, grosso modo, poderíamos confirmar que o padrão é idêntico entre Portugal e a Região Norte. No entanto, numa análise mais fina, verifica-se que a semelhança é mais ao nível do ensino básico.

Antes de terminar a análise do efectivo discente, passaríamos, então, rapidamente em revista o estado evolutivo do contingente de alunos inscritos quer no ensino pré-escolar, quer no superior.



Gráfico 5
Evolução do efectivo de alunos inscritos no ensino de educação pré-escolar
entre 1995/96 e 2002/2003¹⁰



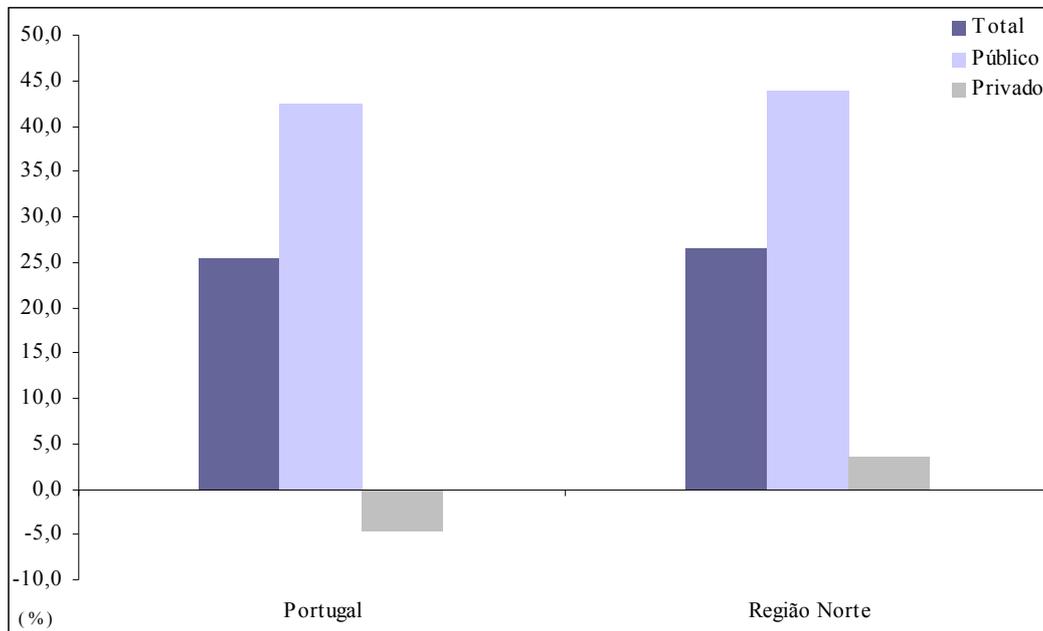
Fonte: INE, *Estatísticas da Educação*; INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*; INE, *Recenseamento Escolar*.

Como se pode constatar, o número de alunos inscritos neste nível de ensino aumenta entre os dois períodos temporais em destaque, quer para a Região Norte, quer para Portugal. Contudo, também nesta dimensão se torna necessária alguma cautela, uma vez que a evolução positiva vivida no conjunto da Região Norte, encobre comportamentos diferentes em função das suas sub-regiões. Veja-se, por exemplo, os casos do Alto Trás-os-Montes, do Minho-Lima e do Douro que assistem à diminuição do seu contingente no sector privado, de resto, mais que compensado pelo sector público, que contribui para que o nível do total de alunos inscritos neste nível de ensino e nestas sub-regiões seja francamente positivo.

¹⁰ Gráfico construído com base no cálculo da taxa de variação relativa ao número de alunos inscritos no ensino de Educação Pré-Escolar entre os anos lectivos de 1995/06 e 2002/03 registados no Anuário Estatístico da Região Norte, INE. Ver Quadro K.02.01 na Base de Dados.



Gráfico 6
Evolução do efectivo de alunos inscritos no ensino superior entre 1995/96 e 2002/2003¹¹



Fonte: INE, *Estatísticas da Educação*; INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*; INE, *Recenseamento Escolar*.

No que refere ao contingente de alunos inscritos no ensino superior assistimos à sua forte expansão, nas duas unidades territoriais em estudo. Aliás, o padrão evolutivo é muito próximo entre uma e outra. A única menção a referir reporta-se aos alunos no ensino privado; a sua retracção no país não se torna padrão para a Região Norte, que contempla, assim, um tímido alargamento.

¹¹ Gráfico construído com base no cálculo da taxa de variação relativa ao número de alunos inscritos no ensino Superior entre ao anos lectivos de 1995/06 e 2002/03 registados no Anuário Estatístico da Região Norte, INE. Ver Quadro K.02.01 na Base de Dados.



Quadro 5
Número de alunos inscritos no ensino superior em 1995/96 e em 2002/03

	1995 / 1996			2002 / 2003			Variação (1995/06 – 2002/ 03)		
	Total	Público	Privado	Total	Público	Privado	Total	Público	Privado
PT	319.525	203.856	115.669	400.831	290.532	110.299	25,4	42,5	-4,6
RN	96.723	55.275	41.448	122.427	79.470	42.957	26,6	43,8	3,6
ATM	3.741	2.574	1.167	9.165	6.676	2.489	145,0	159,4	113,3
AVE	2.043	-	2.043	3.729	-	3.729	82,5	-	82,5
CAV	13.890	12.710	1.180	19.377	18.151	1.226	39,5	42,8	3,9
DOU	6.233	6.123	110	7.493	7.493	-	20,2	22,4	-100,0
EDV	625	-	625	864	-	864	38,2	-	38,2
GP	67.180	31.906	35.274	74.686	43.325	31.361	11,2	35,8	-11,1
ML	2.392	1.962	430	4.236	3.588	648	77,1	82,9	50,7
TMG	619	-	619	2.877	237	2.640	364,8	23.700,0	326,5

Legenda: PT – Portugal; RN – Região Norte; ATM – Alto Trás-os-Montes; CAV – Cávado; DOU – Douro; EDV – Entre Douro e Vouga; GP – Grande Porto; ML – Minho-Lima; TMG – Tâmega.

Fonte: INE, *Estatísticas da Educação*; INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*.

Fecharíamos, então, esta rubrica detendo-nos nas conclusões por nível e tipo de ensino – Quadro 6. Como se pode perceber pelo que se foi apresentando, de entre os níveis de ensino aqui tratados é o ensino básico que condensa maior número de conclusões, tanto na Região Norte como no país, apesar do decréscimo que se tem vindo a assistir nas duas unidades territoriais em análise.

Quadro 6
Conclusões por nível e tipo de ensino, de 1998 / 1999 a 2003 / 2004 a)

		1998 / 1999	1999 / 2000	2000 / 2001	2001 / 2002	2002 / 2003	2003 / 2004
Região Norte							
Ensino Básico	Total	39.255	38.996	38.212	36.405	37.410	37.672
	Regular	39.184	38.865	37.620	35.895	36.764	36.752
	Cursos Profissionais	71	131	56	57	100	114
Ensino Secundário	Total	20.476	20.643	16.689	17.121	18.368	16.989
	Gerais	14.137	14.548	11.940	12.363	13.098	12.140
	Cursos Tecnológicos	3.396	3.149	2.756	2.679	2.480	2.472
	Cursos Profissionais	1.849	1.885	1.874	1.967	2.658	2.228
Portugal							
Ensino Básico	Total	105.961	103.137	102.933	96.108	95.711	99.296
	Regular	105.697	102.865	100.214	93.905	95.447	96.199
	Cursos Profissionais	264	272	207	146	264	308
Ensino Secundário	Total	45.226	65.858	53.538	53.391	55.713	50.089
	Gerais	9.325	46.273	39.946	40.127	39.543	36.711
	Cursos Tecnológicos	5.474	8.687	8.082	7.190	6.843	6.352
	Cursos Profissionais	305	5.885	5.207	5.779	9.012	6.768

Notas:

a) A soma das parcelas poderá não ter correspondência com o total da categoria, uma vez que, foram seleccionados apenas alguns tipos de ensino.

b) Dado não disponível.

Fonte: INE, *Estatísticas da Educação*.



No ensino básico é o regular que prevalece em termos de conclusões e também em ambas as unidades territoriais. No que respeita aos cursos profissionais do ensino básico, o que ressalta é alguma oscilação no período em análise, que neste caso, se situa entre 1998-99 e 2000-01 – Quadro 6 e Anexo B. Essa oscilação em termos absolutos e ao longo destas seis décadas caracteriza tanto a Região Norte como Portugal, sendo, contudo, mais evidente na Região Norte. Esta situação pode ficar a dever-se a uma questão de oportunidade face à oferta disponível. Apesar dessa oscilação ser também visível ao considerarmos o peso relativo da vertente mais prática em cada uma das unidades territoriais, é evidente uma certa aproximação entre ambas no que toca às preferências de escolha. Isto revela, em última instância, que o comportamento adoptado na Região Norte se enquadra no padrão nacional tomado como um todo.

Em conclusão, pode-se considerar que a preferência continua a situar-se no ensino regular do básico. Tendo presente que uma larga franja dos alunos não prossegue os estudos para além do ensino básico, abandonando a escola antes de concluírem o ensino secundário, seria de considerar como alternativa a via profissional. Note-se que a alternativa, situada a um nível mais prático, não manifesta nenhuma preferência explícita mesmo no que respeita à prossecução ou não dos estudos ao nível do ensino secundário (cursos tecnológicos e cursos profissionais). A opção, relativamente ao tipo de ensino continua a incidir, manifestamente nos cursos gerais, em desfavor dos tecnológicos e dos profissionais. Esta situação, cuja tradução numérica não encontra regularidade inequívoca, revela, contudo, o despontar de uma aposta que poderia ser mais explorada na medida em que apontaria para um leque mais diversificado no que respeita à reconversão no mercado do trabalho, dos saberes e competências adquiridos formalmente na escola desde que ajustadas as possibilidades de oferta às necessidades regionais e/ou sub-regionais. Os investimentos ao nível da aprendizagem formal, isto é através da escola e na escola, poderiam e deveriam passar por aí, explorando adequadamente esta vertente.

2.2. Contingente docente

A primeira grande mas pacífica constatação verifica-se ao nível do género: entre 1995-96 e 2003-04 o género feminino é largamente predominante em todas as situações, sejam unidades territoriais – Portugal, Região Norte e NUT's III desta –, sejam níveis de ensino – até ao secundário. A diferença entre os géneros é gritantemente acentuada no nível pré-escolar, mantendo-se ainda bastante acentuada no 1º ciclo do ensino básico. No 2º ciclo, apesar da



disparidade continuar a ser evidente ao longo das décadas em análise, já a componente humana masculina se vai fazendo sentir com contornos bem mais nítidos – Quadro 7.

Continua a ser o ensino público a absorver maior número e percentagem de docentes face ao privado e com uma diferença de grandeza acentuada, salvo no que respeita à educação pré-escolar onde a discrepância se torna ligeiramente menor. Contudo, essa discrepância que foi sendo ligeiramente atenuada a partir de 1997/98, sofreu uma inflexão na tendência a partir de 2000/01 até 2005/06, em favor da educação pública – Anexo D.

Quadro 7
Distribuição percentual do pessoal docente por nível de ensino ministrado e sexo

Ano Lectivo	Unidade Territorial	Educação Pré-escolar		Ensino Básico de 1º Ciclo		Ensino Básico (2º e 3º Ciclo) e Secundário	
		H	M	H	M	H	M
1995 / 1996	Portugal Região Norte	a) 0,6	a) 99,3	a) 8,0	a) 92,0	31,8 33,6	68,2 66,4
1996 / 1997	Portugal Região Norte	a) 0,8	a) 99,2	a) 8,2	a) 91,8	a) 32,2	a) 67,8
1997 / 1998	Portugal Região Norte	a) 0,8	a) 99,2	a) 8,3	a) 91,7	a) 31,3	a) 68,7
1998 / 1999	Portugal Região Norte	a) 2,0	a) 98,0	a) 9,8	a) 90,2	a) 31,8	a) 68,2
1999 / 2000	Portugal Região Norte	a) 1,9	a) 98,1	a) 9,8	a) 90,2	a) 31,7	a) 68,3
2000 / 2001	Portugal Região Norte	a) 8,5	a) 91,5	a) 12,4	a) 87,6	a) 30,9	a) 69,1
2001 / 2002	Portugal Região Norte	a) 12,8	a) 87,2	a) 16,3	a) 83,7	a) 34,8	a) 65,2
2002 / 2003	Portugal Região Norte	a) 1,7	a) 98,3	a) 9,1	a) 90,9	a) 29,9	a) 70,1
2003 / 2004	Portugal Região Norte	a) 1,8	a) 98,2	a) 9,4	a) 90,6	a) 29,9	a) 70,1

Nota: a) Dado não disponível.

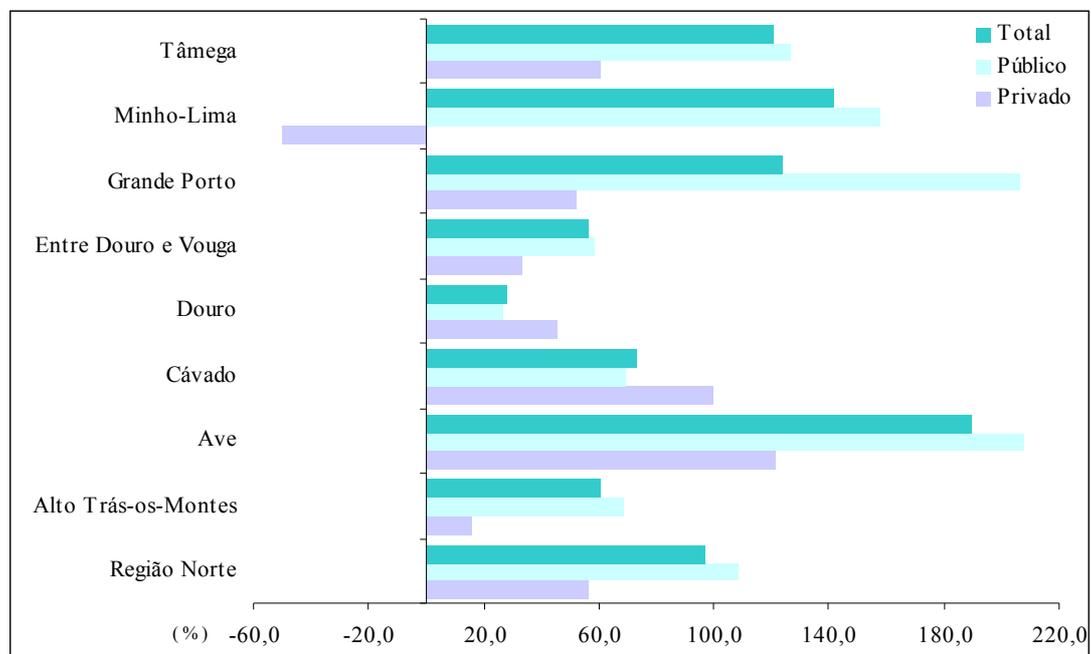
Fonte: INE, *Estatísticas da Educação*.

Tentando perceber de seguida qual a evolução de docentes ao longo de uma série de anos lectivos, procedemos a um confronto entre 1995-96 e 2002-03 – Gráficos 7, 8 e Anexos E e F.

Daqui resultou uma variação evolutiva francamente positiva no que respeita à educação pré-escolar, seja qual for a natureza do ensino ministrado; exceptua-se neste caso o Minho-Lima que assiste à diminuição para metade dos docentes no ensino privado.



Gráfico 7
Evolução dos docentes da educação pré-escolar na Região Norte e nas suas NUT's III
entre 1995-96 e 2002-03¹²



Fonte: INE, *Estatísticas da Educação*.

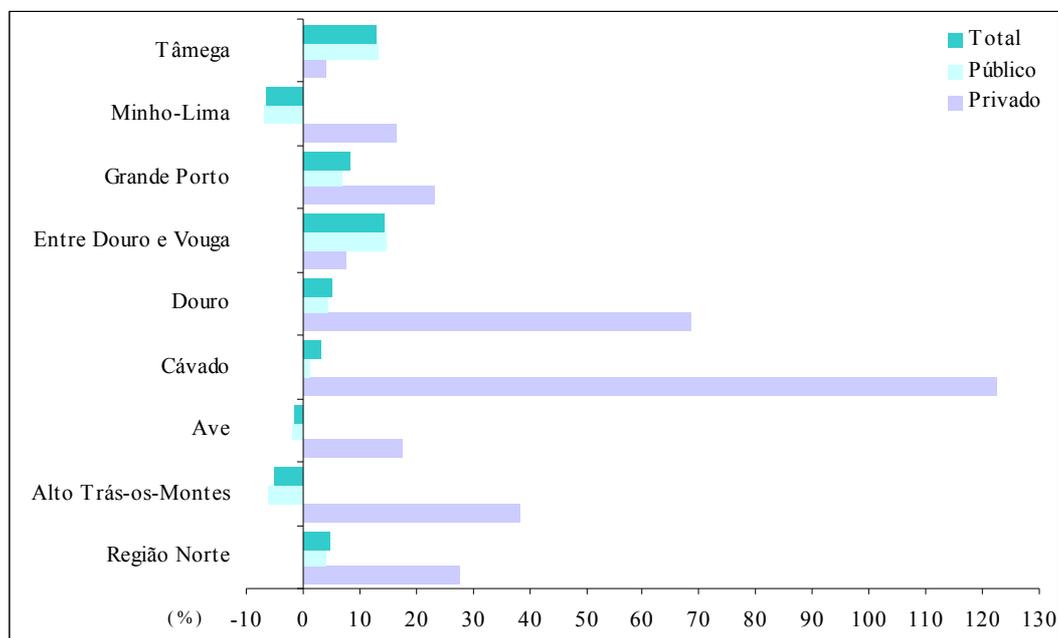
No que respeita à evolução dos docentes do 1º ciclo do ensino básico, constata-se que apesar de se verificar um ligeiro aumento na Região Norte, essa evolução encobre algumas oscilações que podem ser significativas.

Assim, se o efectivo de docentes do ensino privado é alvo de uma expansão positiva significativa, ela não deixa de se repercutir de forma bastante diferenciada entre as diferentes NUT's, com um destaque acentuado para o Cávado. Em contrapartida, no ensino público, ainda que em expansão na grande maioria das sub-regiões, esta é muito mais contida, evoluindo, mesmo, negativamente em três sub-unidades: Alto Trás-os-Montes, Ave e Minho-Lima. Acrescente-se, ainda, que nestas três sub-regiões, a evolução positiva dos docentes do ensino privado não compensa o decréscimo dos do público, resultando daqui e para cada conjunto, uma evolução total também negativa.

¹² Gráfico construído com base no cálculo da taxa de variação relativa ao número de docentes da Educação Pré-Escolar entre os anos lectivos de 1995/06 e 2002/03 registados no Anuário Estatístico da Região Norte, INE.



Gráfico 8
Evolução dos docentes do 1º ciclo do ensino básico na Região Norte e nas suas NUT's III
entre 1995-96 e 2002-03¹³



Fonte: INE, *Estatísticas da Educação*.

Para finalizar, faríamos um exercício comparativo entre a Região Norte e o país no que respeita a níveis de ensino até ao secundário, para os anos lectivos de 1995-96 e 2005-06. É o que evidencia o quadro seguinte.

Quadro 8
Pessoal docente por nível de ensino ministrado e sua variação entre 1995-96 e 2005-06

	1995 / 1996		2005 / 2006		Variação (1995 / 1996 - 2005 / 2006)				
	Região Norte	Portugal	Região Norte	Portugal	Região Norte	Portugal			
Educação Pré-escolar	2.004	3,8%	6.811	4,5%	5.500	7,2%	a)	174,5%	a)
Ensino Básico de 1º Ciclo b)	14.640	27,8%	35.747	23,4%	13.381	17,4%	a)	-8,6%	a)
Ensino Básico de 2º e 3º Ciclo e Ensino Secundário b) c)	35.928	68,3%	109.985	72,1%	40.604	52,9%	a)	13,0%	a)

Notas:

a) Dado não disponível.

b) Só foi considerado o ensino regular.

c) Os dados referentes ao 3º ciclo não incluem os cursos profissionais de nível 2.

Fonte: INE, *Estatísticas da Educação*.

¹³ Gráfico construído com base no cálculo da taxa de variação relativa ao número de docentes do 1º Ciclo do ensino básico entre ao anos lectivos de 1995/06 e 2002/03 registados no Anuário Estatístico da Região Norte, INE.



Podemos, então, concluir daqui que, aparentemente, o perfil da Região Norte no que respeita ao efectivo docente se enquadra, genericamente, no perfil do país, na medida em que uma e outro absorvem maior efectivo docente no conjunto do 2º ciclo do ensino básico ao secundário, estando a menor massa absoluta e percentual encaixada na educação pré-escolar.

Assim, a alteração de fundo na Região Norte, neste domínio de análise, situa-se precisamente ao nível da variação no contingente docente nos diferentes níveis de análise aqui em questão: um crescimento abrupto na educação pré-escolar, um crescimento lento/moderado na docência do 2º ciclo/secundário e uma diminuição no 1º ciclo do ensino básico. Contudo, uma análise mais fina leva-nos a acautelar logo à partida diferenciações vividas no contexto docente entre as NUT III da Região Norte, como foram constatadas anteriormente a propósito de outras dimensões de estudo.

2.3. Docentes e discentes: demografia em movimento

Como corolário desta análise importa perceber se a mudança vivida por cada um destes contingentes em estudo se repercute na equação do seu conjunto. Para isso recorreremos ao rácio alunos/docentes. Neste sentido, o Quadro 9, que apresenta o rácio em questão em cada um dos níveis de ensino ministrado, demonstra claramente uma tendência para uma diminuição gradual entre 1995-96 e 2005-06. Todavia, sobressai o facto do rácio ser superior no ensino privado do que no público em todos os níveis de ensino até ao secundário. A excepção situa-se no ensino superior. Para além disso, no último ano lectivo – 2005-06 – vai sendo esboçado um tímido aumento (excepção também no superior) que, no entanto, nada garante tratar-se de um pico conjuntural ou, pelo contrário, de um movimento com tendência para se ir consolidando nos próximos anos lectivos.

Quadro 9

Rácio referente ao número de alunos por docente por nível de ensino ministrado e natureza institucional em 1995 / 1996, 2000 / 2001, 2004 / 2005 e 2005 / 2006

Ano Lectivo	Unidade Territorial	Ensino Pré-Escolar			Ensino Básico de 1º Ciclo			Ensino Básico de 2º e 3º Ciclo e Ensino Secundário			Ensino Superior		
		Total	Pub.	Priv.	Pub.	Priv.	Pub.	Priv.	Pub.	Priv.	Pub.	Priv.	Pub.
1995 / 1996	Portugal	28,0	17,4	a)	15,5	15,2	18,3	11,5	11,2	14,7	a)	a)	a)
	Região Norte	31,6	17,8	a)	14,7	14,4	21,0	12,0	11,7	11,3	a)	a)	a)
2000 / 2001	Portugal	14,7	13,6	16,1	13,6	13,3	17,9	2,7	2,4	13,0	a)	a)	a)
	Região Norte	15,7	15,2	16,3	13,5	13,3	18,3	9,6	9,2	12,7	a)	a)	a)
2004 / 2005	Portugal	14,6	13,1	16,7	12,4	12,0	17,5	8,1	7,7	12,4	10,3	11,1	8,6
	Região Norte	15,7	14,8	17,3	12,2	11,9	18,3	8,5	8,1	12,5	10,5	11,0	9,7
2005 / 2006	Portugal	a)	a)	a)	a)	a)	a)	a)	a)	a)	9,9	10,6	8,2
	Região Norte	16,7	15,8	18,2	13,8	13,5	19,2	8,9	8,5	12,4	10,0	10,5	9,1

Nota: a) Dado não disponível.

Fonte: INE, *Estatísticas da Educação*; INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*.



Como se sabe, um rácio compara os números absolutos dos indicadores equacionados. Assim, e neste caso concreto, a tendência para uma diminuição pode significar: i) variação conjunta e proporcional de cada um dos indicadores em qualquer dos sentidos; ii) variação conjunta e desproporcional de cada um dos indicadores em qualquer dos sentidos; iii) aumento desproporcional de ambos os indicadores; mas neste caso, apesar de estarmos perante um aumento de ambos os indicadores, o respeitante aos alunos seria inferior ao dos docentes; iv) variação inversa dos indicadores; v) diminuição do número de alunos.

Ora, pelo que apurámos aquando do tratamento individual de cada contingente, pese embora o facto de estarmos perante o comportamento idêntico do rácio alunos/docentes aplicado aos diferentes níveis de ensino, o motivo subjacente diferencia-se. Vejamos então a que se fica a dever a diminuição do rácio para cada nível de ensino:

1. No pré-escolar a diminuição do rácio emerge de uma variação positiva desproporcional entre ambos os indicadores, favorecendo uma diminuição do rácio até 2004-05 seguida de uma tímida inversão da tendência.
2. No 1º ciclo do ensino básico deve-se a uma variação negativa tanto do número de alunos como do de professores, mas desproporcional.
3. No 2º e 3º ciclo do ensino básico e no secundário, a diminuição do rácio fica a dever-se a uma diminuição acentuada do número de alunos e a um aumento moderado do número de professores, o que revela um desencontro evolutivo entre os indicadores.

Como se pode constatar, o rácio é um óptimo instrumento para medir (des)equilíbrios não só entre alunos e docentes mas também no que refere ao desequilíbrio encontrado entre o número de alunos que, nos diferentes níveis de ensino, cada professor tem a seu cargo. Neste caso, o nível de ensino que apresenta o maior rácio é nitidamente o pré-escolar independentemente das variações inter-lectivas.

E por fim diríamos que a consonância ao nível do comportamento evolutivo negativo em diferentes variáveis aliadas aos diferentes ciclos de ensino, revela mudanças que não podem deixar de ser tidas em linha de conta ao equacionar-se qualquer tipo de iniciativa a este nível e, a propósito deste, ao nível do plano laboral, com possível e previsível tradução a nível de desenvolvimento, desde logo económico, mas também de foro social.

2.4. Taxas de escolarização

Esta análise não ficaria completa se não nos debruássemos sobre as taxas de escolarização. Começaríamos, então, pela análise da taxa de pré-escolarização – Quadro 10.



Quadro 10
Taxa de pré-escolarização por sexo em 1991 e em 2001 a)

Unidade Territorial	1991			2001		
	HM	H	M	HM	H	M
Portugal	45,1	45,4	44,7	58,7	58,8	58,5
Região Norte	38,7	38,9	38,5	53,8	53,8	53,8
Alto Trás-os-Montes	45,8	45,7	45,9	62,5	61,5	63,5
Ave	27,5	27,5	27,6	45,6	45,7	45,6
Cávado	41,5	41,2	41,9	58,0	57,7	58,4
Douro	60,1	59,4	60,8	67,1	66,3	67,9
Entre Douro e Vouga	49,7	50,0	49,3	60,9	60,5	61,2
Grande Porto	40,7	41,5	39,9	56,1	56,7	55,5
Mínho-Lima	41,7	42,6	40,8	60,0	60,1	59,9
Tâmega	27,0	27,0	27,0	43,1	42,8	43,4

Nota: a) Reporta o quociente entre o número de crianças que frequenta a educação pré-escolar e a população residente do grupo etário 3-5 anos (%).

Fonte: INE, *Recenseamento Geral da População e da Habitação*.

Uma observação global permite-nos, desde logo aperceber que, no período de uma década, houve uma salto quantitativo significativo que pauta a frequência pré-escolar, não só na Região Norte, como no país, apesar daquela permanecer com um valor inferior ao deste. Neste registo realçaríamos o caso de algumas sub-regiões terem sido alvo de um crescimento praticamente para o dobro como, por exemplo, o Ave e o Tâmega, embora se mantenham bastante aquém do valor médio da grande região que os envolve.

A abrangência da pré-escolarização tendo em linha de conta o sexo é também um indicador excelente para se apreciar a evolução ao nível dos comportamentos neste contexto. A este propósito, repare-se que, no nível pré-escolar, a diferença entre sexos, a partir de 1991, não é tão acentuada, apresentando ligeiras diferenças que, não sendo regulares, não são também suficientemente significativas para se concluir da predominância de um dos sexos. Ora, essa proximidade entre os sexos ainda se torna mais nítida em 2001.

Assim, daqui podemos concluir que a prática de possibilitar aos filhos a frequência do ensino pré-escolar se vai sedimentando, contribuindo para uma precoce socialização no e do contexto escolar o que poderá contribuir, por sua vez, para o ganho de dividendos no que refere ao percurso escolar que, como vimos anteriormente, já vai sendo pautado por trajectórias cada vez mais prolongadas apesar dos dados estatísticos recolhidos revelarem ainda números bastante afastados dum panorama abrangente à grande maioria.



Quadro 11
Taxa específica de escolarização da população residente segundo
o grupo etário e sexo em 1991 e em 2001 a)

Unidade Territorial	10-11 anos			12-14 anos			15-17 anos			18-23 anos		
	HM	H	M									
1991												
PT	96,2	96,2	96,2	88,1	88,7	87,4	62,0	59,5	64,5	29,0	26,0	32,0
RN	96,2	96,3	96,2	81,7	83,2	80,1	48,8	47,3	50,3	23,2	21,0	25,4
ATM	95,9	95,9	95,9	86,1	86,7	85,4	59,2	54,7	63,9	29,8	24,0	36,6
AVE	96,1	96,1	96,1	79,7	80,6	78,7	40,9	39,7	42,2	17,0	15,4	18,6
CAV	96,6	96,7	96,5	81,6	83,3	79,9	44,5	43,4	45,7	21,8	20,1	23,4
DOU	96,4	96,6	96,2	82,5	83,9	81,1	51,9	49,2	54,6	24,6	20,6	29,0
EDV	95,8	95,6	96,0	77,0	78,1	75,9	41,5	39,8	43,3	17,3	15,5	19,1
GP	96,6	96,7	96,6	89,0	89,5	88,5	61,6	60,1	63,2	32,0	29,9	34,2
ML	96,3	96,3	96,3	84,1	86,3	81,9	49,7	48,3	51,0	22,8	20,8	24,7
TMG	95,4	95,6	95,3	68,7	72,9	64,1	31,0	30,9	31,1	11,9	10,7	13,2
2001												
PT	99,3	99,2	99,3	97,4	97,3	14,3	80,7	77,7	83,9	43,8	38,8	48,9
RN	99,2	99,1	99,2	96,9	96,8	97,0	74,4	71,0	78,0	38,5	34,1	42,9
ATM	99,1	99,1	99,1	96,3	95,8	96,8	83,0	79,1	87,2	50,8	42,3	59,9
AVE	99,2	99,1	99,3	97,5	97,4	97,7	71,4	67,5	75,6	32,8	28,9	36,7
CAV	99,3	99,0	99,6	97,7	97,5	97,9	74,5	70,5	78,7	35,9	31,6	40,1
DOU	99,2	99,1	99,3	95,6	95,6	95,7	78,6	75,2	82,2	43,3	36,8	50,4
EDV	99,1	99,0	99,2	97,6	97,3	97,9	76,4	72,6	80,5	34,5	30,2	38,8
GP	99,3	99,2	99,3	97,8	97,7	97,8	79,5	76,9	82,2	46,9	43,1	50,6
ML	99,3	99,3	99,3	98,0	98,0	98,1	78,3	74,9	81,9	39,6	34,9	44,4
TMG	99,0	99,1	98,9	94,1	94,4	93,9	60,5	56,9	64,3	23,9	20,2	27,7

Legenda: PT – Portugal; RN – Região Norte; ATM – Alto Trás-os-Montes; CAV – Cávado; DOU – Douro; EDV – Entre Douro e Vouga; GP – Grande Porto; ML – Minho-Lima; TMG – Tâmega.

Nota: a) Reporta o quociente entre o número de alunos do grupo etário X-Y, frequentando qualquer nível de ensino, e o total da população residente do mesmo grupo etário.

Fonte: INE, *Recenseamento Geral da População e da Habitação*.

Como nos mostra o Quadro 11, pode-se considerar que, em termos gerais, o efectivo populacional a frequentar a escola aumenta nitidamente no período de 10 anos o que revela que no período de uma década, a obrigatoriedade escolar (9 anos) tende a alargar o seu cumprimento efectivo, sem que, contudo, se possa aludir a uma abrangência total no que respeita à população residente neste grupo etário. Apesar disso, o número de alunos diminui inversamente à idade atingindo o seu ponto máximo no primeiro grupo etário; isto é, à medida que aumenta a idade da população, diminui o número dos que frequentam a escola. O segundo grupo etário apresenta na Região Norte um nítido aumento, aproximando-se, em 2001 da média do país, facto que revela um avanço ao nível da escolaridade, uma vez que na década anterior os valores apresentados evidenciam um distanciamento mais marcado entre estas duas unidades territoriais. A diminuição da taxa de escolarização dispara no grupo etário dos 15-17 anos, grupo etário que corresponde, grosso modo, ao fim do ciclo de 9 anos de escolaridade obrigatória e início do secundário. Este grupo etário, embora assista ao incremento do número



de alunos entre 1991-01 revela valores bastante mais baixos na Região Norte do que no país, sendo extremado a nível intra-regional por Alto Trás-os-Montes (83,0) e pelo Tâmega (60,5). Contudo, chamaríamos a atenção para a taxa *confortável* apresentada por Alto Trás-os-Montes que, numa primeira apreciação pode ser enganadora. Tenha-se presente a elevada taxa de envelhecimento evidenciada por esta NUT III (Quadro 15), o que se traduz em diminuição do número de jovens. Este número não revela, *per si*, muito jovens em escolarização, mas apenas que mais de 3/4 dos jovens entre os 18-23 anos ainda se encontram em processo escolar activo.

Quadro 12

Taxa líquida de escolarização da população residente por grupo etário e sexo em 1991 e em 2001 a)

Unidade Territorial	10-11 anos			12-14 anos			15-17 anos			18-23 anos		
	HM	H	M									
1991												
PT	57,5	54,6	60,5	49,8	46,3	53,4	26,9	23,2	30,7	9,3	7,6	11,0
RN	54,3	51,4	57,3	41,4	38,9	44,1	20,2	17,4	23,1	8,3	6,9	9,7
ATM	51,3	47,7	55,0	43,3	39,6	47,3	22,0	17,2	27,2	8,3	6,0	11,0
AVE	52,8	50,0	55,7	37,5	34,4	40,7	15,7	12,9	18,5	5,1	4,2	6,0
CAV	52,2	49,2	55,3	38,6	36,1	41,2	17,7	15,7	19,8	6,9	5,7	8,0
DOU	48,7	45,7	52,0	39,5	36,8	42,3	19,3	16,0	22,8	7,4	5,7	9,2
EDV	55,9	53,0	58,9	40,3	38,4	42,4	18,1	15,6	20,6	6,8	5,4	8,1
GP	62,1	59,6	64,7	53,0	50,0	56,0	28,0	24,9	31,1	13,4	11,5	15,3
ML	50,6	48,1	53,1	39,0	36,7	41,3	20,6	17,6	23,5	7,7	6,4	8,9
TMG	47,2	43,6	50,9	26,9	25,6	28,2	11,2	9,4	13,2	3,2	2,5	4,0
2001												
PT	65,0	62,7	67,4	61,9	58,0	9,7	52,2	46,3	58,4	25,1	20,3	30,0
RN	65,9	63,7	68,2	62,6	58,5	66,8	47,5	41,6	53,7	22,4	18,2	26,7
ATM	65,1	62,1	68,2	61,2	56,7	65,6	50,1	43,3	57,5	26,3	19,7	33,3
AVE	65,8	63,0	68,9	64,1	59,6	68,9	44,1	37,5	51,0	18,4	14,8	22,1
CAV	69,4	67,2	71,7	66,5	62,5	70,6	48,1	41,8	54,8	21,3	17,5	25,1
DOU	61,4	57,5	65,4	57,5	54,2	60,8	45,6	39,4	52,1	21,8	16,5	27,5
EDV	66,8	65,3	68,3	65,6	61,3	70,0	51,1	44,4	58,1	20,6	16,3	25,0
GP	66,4	64,9	68,1	61,8	58,1	65,7	53,9	49,1	59,0	29,3	24,9	33,7
ML	68,6	65,7	71,6	66,1	62,6	69,9	50,5	43,5	57,9	22,7	18,0	27,4
TMG	63,1	61,2	65,1	59,4	54,9	64,0	35,0	29,3	41,0	12,3	9,2	15,5

Legenda: PT – Portugal; RN – Região Norte; ATM – Alto Trás-os-Montes; CAV – Cávado; DOU – Douro; EDV – Entre Douro e Vouga; GP – Grande Porto; ML – Minho-Lima; TMG – Tâmega.

Nota: a) Reporta o quociente entre o número de alunos do grupo etário X-Y, que frequenta o nível de ensino correspondente e a população residente do mesmo grupo etário, de forma que o 2º ciclo corresponde a alunos a frequentar com 10-11 anos, o 3º ciclo a 12-14 anos, o secundário a 15-17 anos e o superior a 18-23 anos.

Fonte: INE, *Recenseamento Geral da População e da Habitação*.

Perante os indicadores patentes no Quadro 12, e tendo em linha de conta um aumento numérico entre todas as categorias de 1991 a 2001, fica também demonstrado que a taxa diminui à medida que aumenta o grupo etário e o nível de ensino, sendo evidente esse comportamento nomeadamente entre os 12-14 anos (3º ciclo) e os 15-17 anos (secundário) e gritante entre estes e os 18-23 anos (superior). Em 2001 os grupos etários dos 10-11 anos e 12-14 anos, correspondentes ao 2º e ao 3º ciclos revelam uma taxa na Região Norte que se enquadra na média do país, o que indica um avanço expressivo a este nível por parte desta



NUTII. Contudo, no que refere aos dois grupos etários (dois níveis de ensino) subsequentes, a taxa apresentada pelo Norte é inferior à que apresenta o país. Nestes dois grupos, e no período de uma década, registou-se, também, um avanço considerável em ambas as unidades territoriais, tendo sido mais favorecida a Região Norte que assim viu diminuída a diferença face à taxa líquida de escolarização nacional.

Assim, o quadro 12 permite-nos, por um lado, reforçar a constatação de que se assiste a uma maior abrangência por parte da escola a adolescentes e jovens; por outro lado, à diminuição das disparidades internas à Região Norte. No que refere ao primeiro aspecto, comprova-se que, dentro do mesmo grupo etário, i) o número dos que estudam é cada vez maior em todos os grupos etários o que, por sua vez, contribui para a diminuição da taxa de analfabetismo; ii) o volume de estudantes vai diminuindo à medida que aumenta a sua idade – o que apresenta congruência com a análise efectuada através do quadro anterior, em que vimos que à medida que aumenta o nível de ensino, também a sua frequência diminui; iii) a diferença por sexos, entre os estudantes, é favorável às mulheres em todos os grupos etários – tendência que já se vinha verificando desde 1991 – mas vai sendo acentuada ao longo da década, marcando maior assimetria entre os sexos; iv) destacaríamos por fim, novamente, o caso do Tâmega, cujo aumento de adolescentes e jovens escolarizados nesta década incidiu em mais do dobro.

Finalizaríamos esta análise com as taxas de conclusão da escolarização ao fim de cada ciclo – de escolaridade obrigatória e além – isto é, ao fim do 3º ciclo, do secundário e do ensino superior.

Quadro 13
Taxas de conclusão do 9º ano, 12º ano e do ensino superior
no grupo etário 25-29 anos em 2001 (%) a)

	9º ano	12º ano	Ensino Superior
Portugal	62,2	42,7	17,9
Região Norte	50,1	34,3	14,2
Alto Trás-os-Montes	55,2	38,1	15,3
Ave	41,3	26,2	9,6
Cávado	47,4	32,1	13,0
Douro	49,1	33,3	13,4
Entre Douro e Vouga	44,7	28,7	12,1
Grande Porto	65,0	46,5	20,6
Minho-Lima	50,1	35,0	13,4
Tâmega	28,7	18,0	6,6

Nota: a) Reporta o quociente entre o número de indivíduos do grupo etário X-Y que concluíram um determinado nível de escolaridade e o total de indivíduos desse grupo etário.

Fonte: Azevedo (2003, p. 43).

Pese embora a obrigatoriedade de permanência escolar nos primeiros nove anos, ainda assim, a taxa de conclusão não é elevada, ficando bastante aquém do desejável. Na Região



Norte, apesar de apresentar uma média inferior à nacional, metade da população conclui pelo menos nove anos de escolaridade, o que ainda assim se traduz por uma taxa de conclusão baixa, dado estarmos perante uma *obrigatoriedade* de escolaridade de nove anos, que afinal não encontra, de facto, adequação real. Na Região Norte o Grande Porto é a sub-região com a taxa de conclusão mais confortável, mas que, apesar de tudo, não chega a atingir 3/4 da população; no pólo oposto encontra-se o Tâmega, que apresenta uma taxa de conclusão verdadeiramente desastrosa, pouco passando 1/4 da população em questão.

Num primeiro registo, sobressai o facto de que, por um lado, apesar de estarmos perante a conclusão de uma escolaridade que se decidiu e legislou ser *obrigatória*, a realidade mostra estarmos ainda bastante aquém dessa meta; por outro lado, neste nível de análise, não fosse o valor apresentado pelo Tâmega, poder-se-ia dizer que as assimetrias, apesar de ainda subsistirem no seio da Região Norte, tendem a tornar-se menos agudas¹⁴.

Prosseguindo a análise, torna-se evidente que as taxas de conclusão sofrem uma nítida redução à medida que se sobe na hierarquia académica. Assim, quanto mais distanciado estiver o nível de ensino do patamar obrigatório, menores são as taxas de conclusão, o que vai acrescer, agravando, ao facto já constatado que também a procura efectiva do ensino diminui à medida que se acrescentam níveis para além dos obrigatórios. Finalmente daquele quadro podemos concluir que: i) em todas as unidades territoriais as taxas de conclusão diminuem do 3º ciclo (nove anos de escolaridade) ao ensino superior; ii) a Região Norte apresenta valores inferiores à média nacional no que respeita à conclusão das três categorias em observação; iii) o Grande Porto apresenta valores médios superiores quer à sua Região envolvente, quer ao próprio país; iv) O Tâmega é a NUT III que apresenta valores médios bastante distantes face a qualquer tipo de unidade territorial; v) finalmente, as assimetrias regionais ainda estão longe de se diluírem no que respeita à escolarização na Região Norte.

Para encerrar esta abordagem não poderíamos deixar de salientar que, comparativamente com 1991, é patente que nos três últimos quadros apresentados, se regista uma tendência crescente em direcção ao alargamento e à prossecução da escolaridade em todos os níveis de ensino e unidades territoriais da Região Norte; isto leva-nos a admitir que, perante uma continuidade comportamental das práticas inerentes à escolarização, a médio prazo, os valores dos indicadores presentes neste estudo possam convergir para a média nacional, dado o esforço que tem vindo a pautar a região em estudo.

¹⁴ José Maria Azevedo, em estudos inerentes à Região Norte, vai de encontro a estas conclusões. Cf. Azevedo (2003).



3. Habilitações académicas

Uma análise parcelar aos Recenseamentos Populacionais decorridos nos últimos vinte anos permitem desde já traçar um esboço no que refere à escolarização da população residente no Norte e tendo como pano de fundo o panorama português.

3.1 Nível de escolaridade completo na população residente em 1981

O Quadro 14 mostra que em 1981, tal como acontece para o país, ressalta o ensino primário – elementar como nível modal tanto para o Norte como para as NUT III desta região e para ambos os sexos¹⁵. A partir deste nível de ensino, o conjunto populacional vai decrescendo sucessivamente até ao secundário complementar inclusive. A partir do propedêutico/12º ano, e tendo em consideração a abertura de três vias possíveis de continuidade da vida académica (profissional, ensino médio e superior) regista-se, entre estas três possibilidades onde cada uma funciona em exclusividade face às demais, uma maior expressão no nível superior. Esta situação é igualmente registada no Norte e em Portugal, respectivamente 4,0% e 2,7%, apresentando-se a este nível de comparabilidade um peso relativo de 23%¹⁶ do Norte face a Portugal.

Daqui ressalta uma pequena observação que se prende ao acréscimo de população com o propedêutico/12º ano completo face aos que se integram no secundário complementar – respectivamente 34038 alunos *versus* 23749¹⁷. Ora, o número superior dos primeiros justifica-se dado o facto de que uma percentagem destes alunos que terminaram este nível de ensino antes de 1981, não terem sido incluídos em nenhuma das três vias de acesso dando continuidade da vida académica no ano anterior, o que revela um tempo de espera que muitas vezes não chega a concretizar o objectivo traçado, e que se traduz no encaminhamento dessa população para uma via exterior à académica, muitas vezes laboral ou mesmo contribuindo para aumentar a precariedade no trabalho.

¹⁵ Para uma consulta mais detalhada cf. Quadros K.03.01/03 na base de dados.

¹⁶ Cálculos efectuados a partir dos valores indicados no Anexo G.

¹⁷ Cf. Anexo G.



Quadro 14
População residente por nível de escolaridade completo e sexo em 1981 (% em linha)

		PT	RN	ATM	AVE	CAV	DOU	EDV	GP	ML	TMG
Primário Elementar	HM	70,5	74,6	79,1	77,9	73,6	77,8	74,2	68,6	73,2	83,6
	H	70,7	75,0	80,7	78,5	74,3	78,4	75,5	68,1	73,7	84,1
	M	70,1	74,2	77,1	77,1	72,7	76,9	72,7	69,1	72,6	82,9
Preparatório	HM	9,7	10,8	8,6	11,9	12,6	9,2	14,8	9,3	14,7	10,1
	H	9,8	10,8	8,6	11,5	12,6	9,6	13,8	9,7	14,4	10,1
	M	9,7	10,8	8,6	12,4	12,7	9,0	15,9	8,9	15,1	10,0
Ensino Secundário Unificado	HM	6,9	5,1	4,3	4,0	4,8	4,5	4,4	7,1	4,5	2,2
	H	6,9	5,3	4,3	4,4	5,2	4,7	4,7	7,2	5,1	2,4
	M	6,8	4,9	4,3	3,6	4,3	4,4	4,0	6,9	3,8	2,1
Ensino Secundário Completo	HM	2,5	1,8	1,6	1,3	1,7	1,6	1,7	2,5	1,5	0,7
	H	2,7	2,0	1,8	1,5	2,0	1,9	1,9	2,7	1,8	0,9
	M	2,3	1,5	1,3	1,1	1,4	1,3	1,5	2,2	1,1	0,6
Propedêuti- co / 12º ano	HM	3,4	2,6	1,7	1,4	2,0	1,8	1,7	4,3	1,6	0,9
	H	3,5	2,6	1,5	1,5	2,0	1,7	1,7	4,7	1,7	0,8
	M	3,3	2,5	1,9	1,3	2,0	1,9	1,7	3,9	1,6	1,0
Índole Profissional	HM	0,7	0,5	0,2	0,3	0,3	0,3	0,2	0,9	0,3	0,1
	H	0,9	0,6	0,2	0,3	0,4	0,3	0,3	1,1	0,3	0,2
	M	0,6	0,4	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,8	0,2	0,1
Ensino Médio	HM	2,3	1,9	2,7	1,8	2,7	2,9	1,6	2,3	2,4	1,5
	H	0,6	0,5	0,7	0,4	0,6	0,9	0,4	0,5	0,6	0,4
	M	4,2	3,6	5,3	3,4	5,1	5,3	3,0	4,2	4,4	2,9
Ensino Superior	HM	4,0	2,7	1,8	1,5	2,4	1,9	1,4	5,1	1,8	0,8
	H	4,9	3,2	2,2	1,9	3,0	2,5	1,7	6,0	2,4	1,1
	M	3,0	2,1	1,2	1,0	1,6	1,2	1,1	4,1	1,1	0,5

Legenda: PT – Portugal; RN – Região Norte; ATM – Alto Trás-os-Montes; CAV – Cávado; DOU – Douro; EDV – Entre Douro e Vouga; GP – Grande Porto; ML – Minho-Lima; TMG – Tâmega.

Fonte: INE, *Recenseamento Geral da População e da Habitação*.

Relativamente às NUT's III desta região destaca-se, em número absoluto e para todos os níveis de escolaridade, o Grande Porto, seguido, com alguma distância, pelo Ave – Anexo G.

Em termos relativos, algum pormenor há a destacar; veja-se, por exemplo, que ao nível do primário elementar (actual 1º ciclo), à excepção do grande Porto, tanto a Região Norte como todas as suas sub-regiões, apresentam uma percentagem superior à média nacional o que resulta de uma maior concentração de população no nível modal. No preparatório (actual 2º ciclo do ensino básico) denotam-se comportamentos diferenciados, nem todos inseridos na mesma tendência; isto é, apesar da Região Norte no seu todo revelar uma média superior à do país, o mesmo não se passa em todas as suas sub-regiões – Alto Trás-os-Montes, Douro e Grande Porto apresentam valores inferiores à média nacional. Contudo, motivos diferenciados encontram-se subjacentes como factores explicativos¹⁸. Logo à partida, confrontem-se as médias relativas que essas três NUTS apresentam com a média nacional: se Alto Trás-os-Montes e Douro vão

¹⁸ De salientar que os factores explicativos apresentados ao longo de todo este capítulo são corroborados por diversos estudos relativos à mesma temática, alguns dos quais se encontram referidos na bibliografia anexa. Para não causar desgaste ao leitor escusámo-nos de a referir constantemente, optando por remetê-lo para lá.



apresentando valores percentuais inferiores à média nacional na grande maioria dos níveis de ensino a partir do primário, já o Grande Porto apresenta um comportamento inverso, suplantando a média nacional em todos os níveis de ensino, nomeadamente a partir do secundário unificado¹⁹, factor não alheio à maior oferta de alternativas de ensino no Grande Porto. Para além disso dois outros tipos de explicações podem ser considerados: por um lado, em termos transversais a todas as NUTS III, salienta-se o facto do 1º ciclo concentrar mais indivíduos com este grau de ensino completo do que todos os demais. Aliás, esta constatação prende-se com o início de um percurso de alfabetização que por vezes não se ultrapassa a si próprio, pesem embora os nove anos de ensino obrigatório instituído pelo governo. Por outro lado, a este factor acresce a diminuição real de população mais jovem que vem afectando alguns concelhos e algumas NUTS, como será o caso de Alto de Trás-os-Montes e Douro. O Quadro 15 mostra bem, pelo oposto, essa situação, sobressaindo uma população mais envelhecida, justamente, no Alto Trás-os-Montes e no Douro.

Quadro 15
Índice e taxa de variação do índice de envelhecimento entre 1991 e 2005

	PT	RN	ATM	AVE	CAV	DOU	EDV	GP	ML	TMG
1991	72	55	94	40	42	78	50	56	85	41
1992	76	58	100	43	44	83	52	59	90	43
1993	79	60	106	45	46	87	54	61	94	44
1994	82	63	113	47	48	92	57	64	99	46
1995	86	66	121	49	50	98	60	67	104	48
1996	89	68	128	52	52	102	62	70	109	49
1997	93	71	135	54	54	108	65	73	114	51
1998	96	74	144	57	56	113	68	76	120	52
1999	99	77	151	59	58	117	71	79	126	54
2000	102	80	163	61	61	126	72	81	132	57
2001	104	82	171	63	62	130	75	83	136	58
2002	105	84	177	65	64	133	77	85	139	60
2003	107	86	184	67	65	136	80	86	143	61
2004	109	89	192	70	67	139	83	89	146	63
2005	110	91	198	72	69	143	86	91	149	64
Variação (%) (1991-2005)	52,8	65,5	110,6	80,0	64,3	83,3	72,0	62,5	75,3	56,1

Legenda: PT – Portugal; RN – Região Norte; ATM – Alto Trás-os-Montes; CAV – Cávado; DOU – Douro; EDV – Entre Douro e Vouga; GP – Grande Porto; ML – Minho-Lima; TMG – Tâmega.

Fonte: INE, *Recenseamento Geral da População e da Habitação*.

Outro factor de relevo que se nos apresenta ao analisar a população residente com nível de escolaridade completo em 1981 é o facto de predominar o género masculino face ao feminino tanto a nível nacional como em todas as NUT's aqui tratadas e para todos os níveis de ensino, à excepção do ensino médio. Veja-se que a nível do ensino superior essa diferença

¹⁹ Actual 3º ciclo do ensino básico.



torna-se mesmo bastante mais acentuada em favor da população masculina. Todavia, como veremos, esse cenário sofre alteração de monta no período de vinte anos.

3.2. Nível de escolaridade completo na população residente em 1991

A análise ao Quadro 16, *de per si*, segue, grosso modo, o mesmo sentido do Quadro 14. Repare-se que, de igual modo, é o Básico Primário que regista maior concentração de alunos, diminuindo o seu volume a partir de então e sucessivamente, à medida que o nível de escolaridade vai avançando.

Quadro 16
População residente por nível de escolaridade completo e sexo em 1991 (% em linha) a)

		PT	RN	ATM	AVE	CAV	DOU	EDV	GP	ML	TMG
Ensino	HM	60,6	62,4	68,0	64,4	57,8	67,5	61,6	52,5	62,2	67,8
Básico	H	60,7	62,7	68,6	65,0	58,9	67,6	62,8	51,5	63,2	68,0
Primário	M	60,4	62,0	67,2	63,8	56,7	67,3	60,3	53,5	61,2	67,6
Ensino	HM	15,7	19,7	15,2	22,6	25,1	16,7	25,0	24,4	22,8	24,0
Básico	H	16,4	20,3	16,6	22,6	24,9	17,9	24,3	26,1	22,5	24,5
Preparatório	M	15,0	19,2	13,6	22,7	25,4	15,5	25,7	22,8	23,1	23,4
Ensino	HM	7,1	5,3	4,9	4,6	4,9	4,9	4,7	6,2	4,7	2,9
Secundário	H	7,1	5,4	4,9	4,8	5,2	5,0	4,9	6,2	5,1	3,0
Unificado	M	7,0	5,1	4,8	4,3	4,7	4,7	4,4	6,2	4,2	2,7
Ensino	HM	8,2	5,9	5,5	4,4	5,5	4,9	4,6	7,7	5,0	2,6
Secundário	H	8,0	5,9	5,2	4,5	5,7	4,9	4,7	7,7	4,9	2,6
Complem.	M	8,4	5,9	5,8	4,3	5,3	4,9	4,4	7,7	5,0	2,6
Ensino	HM	2,2	2,1	3,0	1,6	2,4	2,7	1,5	2,1	2,2	1,3
Médio	H	1,2	1,0	1,3	0,7	1,0	1,2	0,7	1,2	0,9	0,5
	M	3,3	3,2	5,1	2,5	3,9	4,4	2,4	2,9	3,5	2,2
Ensino	HM	6,2	4,6	3,4	2,4	4,1	3,3	2,7	7,1	3,2	1,4
Superior	H	6,5	4,7	3,3	2,4	4,3	3,4	2,6	7,4	3,3	1,4
	M	6,0	4,6	3,5	2,4	4,0	3,3	2,8	6,9	3,0	1,4

Legenda: PT – Portugal; RN – Região Norte; ATM – Alto Trás-os-Montes; CAV – Cávado; DOU – Douro; EDV – Entre Douro e Vouga; GP – Grande Porto; ML – Minho-Lima; TMG – Tâmega.

Nota: a) Por questões de arredondamento, a soma das parcelas poderá não corresponder a 100%.

Fonte: INE, *Recenseamento Geral da População e da Habitação*.

Na Região Norte continua presente um desequilíbrio interno ao nível das sub-regiões, sendo o Grande Porto que se destaca face às demais e no sentido positivo da observação; em contrapartida, nos níveis de escolaridade que mais de distanciam, pela negativa, dos níveis de escolarização obrigatória, o destaque incide no Tâmega, evidenciando a sua situação mais debilitada. De resto, chamaríamos a atenção para o facto de, tendo como referência o Básico Primário na Região Norte, o Grande Porto concentrar praticamente um terço da sua população, o que o coloca a uma significativa distância face às demais NUT's III daquela Região. No que se refere ao superior, novamente é o Grande Porto que se destaca, apresentando uma média bastante mais elevada do que a região que o envolve e mesmo mais elevada do que a média



nacional. Estes indicadores mostram, sem equívocos, a situação de maior conforto vivida pelo Grande Porto no que respeita à tendência para o aumento dos níveis de escolaridade, uma vez que se reflectem na dotação e aquisição de qualificações, saberes e competências da sua população, o que representa uma mais valia para o *Know how* da região, passível de se reflectirem favoravelmente na estrutura socioeconómica, nomeadamente na estrutura de emprego.

Finalmente, faríamos uma breve referência à diferenciação entre sexos. Tal como na década anterior, e à excepção do ensino médio, continua a prevalecer o sexo masculino em todos os níveis de escolaridade e em todas as unidades territoriais²⁰. Contudo, vai sobressaindo uma maior aproximação entre ambos os sexos, isto é, a diferença entre os sexos ao nível da prossecução nos estudos torna-se mais esbatida, não apresentando as diferenças gritantes registadas na década anterior. Esta situação anuncia, desde já, os alicerces da mudança neste contexto.

Posto isto, importa apresentar um breve confronto entre os dados relativos a cada uma das décadas – de 70 (1981) e de 80 (1991). E sobre isto o que se nos apresenta com maior realce é a mudança que se regista ao nível do peso relativo de cada um dos níveis de ensino. Veja-se que vamos assistindo como que a uma reconfiguração que não é alheia à abertura das portas da escola à massa populacional, parte da qual vê assim realizada a sua aspiração de prossecução dos estudos a níveis superiores à escolaridade obrigatória. Concretizando a constatação, diríamos que o Primário perde peso relativo em favor de todos os outros níveis. É evidente que a distâncias entre níveis de escolaridade ainda se mantêm vincadamente; contudo, um movimento tendente a abranger cada vez maior número populacional e que tenderá a recuperar os níveis baixíssimos de escolaridade é posto em curso, permanecendo, muito embora, bastante aquém do panorama europeu que se vive nesse período.

3.3. Nível de escolaridade completo na população residente em 2001

Ao analisar o nível de escolaridade da população residente em 2001, uma evidência básica ressalta imediatamente: trata-se do facto do nível de escolaridade modal ser o 1º ciclo do ensino básico²¹ – Quadro 17. E, tal como se verificou nas décadas anteriores, isso significa que

²⁰ Salvaguardaríamos apenas o caso do Grande Porto que tanto no secundário unificado como no complementar, a população feminina apresentar uma dimensão absoluta ligeiramente superior à masculina (19.946 *versus* 19.601 e 24.701 *versus* 24.483, respectivamente – Anexo H) o que, pese embora esse facto não transparece no peso relativo de cada um destes níveis (6,2% para ambos os sexos no secundário unificado e 7,7% para ambos os sexos no complementar – Quadro 16).

²¹ Repare-se que a terminologia relativa aos níveis de escolaridade sofreram alterações de 1981 para 2001 por parte do INE, entidade que recolheu e disponibilizou os elementos estatísticos para este estudo.



o número de indivíduos com escolaridade completa diminui à medida que o nível no ensino básico aumenta, o que de resto também não oferece novidade, apresentando-se, mesmo, como um factor de continuidade. Uma vez mais o facto de estarmos perante uma legislatura que confere nove anos obrigatórios de escolaridade mínima explica esta tendência certamente.

Os restantes níveis de ensino, sendo facultativos, por um lado, e sujeitando-se a *númerus clausus* (ensino superior), por outro, permite entender-se esta tendência; isto é, no que respeita a este último factor, admite-se aqui como motivos basilares para a não uniformidade gradual nos níveis de ensino seguintes, o facto de haver retenção, no secundário, por exemplo, motivada por um compasso de espera à entrada no ensino superior, tal como já constatado para 1981. Veja-se que tanto a dimensão absoluta deste contingente – Anexo I – como o seu peso relativo apontam para um aumento deste contingente no secundário. Para além do factor enunciado, registam-se também casos significativos de indivíduos que terminam de facto a sua trajectória de estudos ao terminar o ensino secundário.

A partir daqui a opção, para quem pretende prosseguir a sua trajectória de estudos, bifurca-se. Cursos médios, de índole profissional, técnico profissionais e similares adquirem expressão reduzida no nosso país, se confrontados com a prossecução de estudos ao nível superior, que foram alvo de um empolamento nos últimos vinte anos.

Aqui regista-se uma mudança que tem vindo a ganhar efeitos estruturais – referimo-nos ao maior peso, absoluto e relativo do género feminino neste nível de ensino que tem vindo a ganhar cada vez maior visibilidade: de 2,1% de mulheres face a 3,2% de homens em 1981, acresce para 11,5% face a 7,8%, respectivamente, em 2001 na Região Norte – Quadros 14 e 17 respectivamente²².

Contudo, tal não ofereceu inviabilidade na prossecução deste estudo, uma vez que procedemos às equivalências entre as terminologias adoptadas, o que nos permitiu proceder a comparações no que respeita à evolução da escolaridade nas populações estudadas.

²² Para análise mais detalhada ver também Quadros k.03.02 e K.03.20 da base de dados.



Quadro 17
População residente por nível de escolaridade completo e sexo em 2001 (% em linha) a)

		PT	RN	ATM	AVE	CAV	DOU	EDV	GP	ML	TMG
Ensino	HM	47,0	49,4	57,8	51,3	45,5	56,6	49,7	44,9	49,9	55,2
Básico 1º	H	47,9	50,4	59,8	52,4	46,8	57,7	51,2	44,8	51,6	56,1
Ciclo	M	46,1	48,5	55,6	50,2	44,2	55,4	48,1	44,9	48,1	54,3
Ensino	HM	15,8	20,0	16,0	23,5	24,0	17,2	24,2	14,3	22,3	26,5
Básico 2º	H	16,6	20,7	16,8	23,9	24,5	18,3	24,2	15,3	22,4	26,9
Ciclo	M	15,0	19,3	15,1	23,1	23,6	16,0	24,1	13,4	22,3	26,1
Ensino	HM	9,8	9,0	7,7	8,9	9,3	7,9	9,2	9,9	8,8	7,6
Básico 3º	H	10,4	9,5	8,4	9,4	10,0	8,6	9,8	10,4	9,5	8,0
Ciclo	M	9,2	8,5	6,8	8,3	8,6	7,2	8,6	9,5	8,1	7,1
Ensino	HM	13,9	10,9	8,4	9,5	10,7	8,6	9,7	14,8	10,1	6,2
Secundário	H	13,5	10,7	7,9	9,1	10,3	8,0	9,4	15,1	9,6	5,8
	M	14,2	11,2	9,0	10,0	11,0	9,3	10,0	14,4	10,6	6,6
Ensino	HM	1,3	1,0	0,9	0,7	1,1	0,9	0,6	1,6	0,9	0,3
Médio	H	1,3	0,9	0,6	0,6	0,9	0,6	0,5	1,6	0,7	0,2
	M	1,3	1,1	1,3	0,7	1,2	1,2	0,6	1,5	1,1	0,5
Ensino	HM	12,3	9,6	9,1	6,1	9,5	8,8	6,7	14,6	8,0	4,2
Superior	H	10,3	7,8	6,4	4,6	7,6	6,7	4,9	12,7	6,1	2,9
	M	14,2	11,5	12,2	7,6	11,4	11,0	8,5	16,3	9,8	5,5

Legenda: PT – Portugal; RN – Região Norte; ATM – Alto Trás-os-Montes; CAV – Cávado; DOU – Douro; EDV – Entre Douro e Vouga; GP – Grande Porto; ML – Minho-Lima; TMG – Tâmega.

Nota: a) Por questões de arredondamento, a soma das parcelas poderá não corresponder a 100%.

Fonte: INE, *Recenseamento Geral da População e da Habitação*.

No que refere às NUT III da Região Norte, e na trajectória do ensino básico, destacam-se o Grande Porto, seguido, com alguma distância, do Ave e do Tâmega – Anexo I. Curiosamente, o mesmo não se poderá afirmar ao medirmos o peso de cada nível de ensino de cada uma destas regiões no conjunto da Região Norte. Veja-se – Quadro 17 – que os valores relativos inferiores que o Grande Porto exhibe, comparativamente ao Ave e ao Tâmega, evidenciam nestes uma maior concentração de população nos dois primeiros níveis do ensino básico. Pelo contrário, o Grande Porto agrega, ao nível das NUT III, o maior contingente nos restantes níveis de ensino – Anexo I. Tal situação explica-se pela maior capacidade de dotação de infra-estruturas e de equipamentos escolares ao nível dos patamares superiores de ensino e pelo seu raio de acção e de atracção de população que, originária de regiões pouco dotadas a este nível, prossegue os seus estudos deslocando-se da sua região de origem para onde a oferta lhes permita prosseguirem os seus objectivos.

A percentagem superior que a Região Norte no seu conjunto evidencia nos dois primeiros ciclos do ensino básico, face a Portugal, reforça esta situação. Situação que, com excepção do Grande Porto, como já referimos, e do Cávado, ressalta visivelmente ao desagregarmos a Região Norte pelas NUT III. Em contrapartida, destacam-se as regiões de Alto Trás-os-Montes, Ave, Douro e Tâmega cujo 1º ciclo do ensino básico se situa acima dos 50%, situação que em alguns destes casos se prolonga para o 2º ciclo. Repare-se que, com excepção



do Grande Porto que apresenta uma percentagem de indivíduos com o 2º ciclo do ensino básico inferior à média nacional, todas as restantes NUT III da Região Norte, apresentam percentagens superiores à média nacional – Quadro 17. No entanto, ao termos em linha de conta o índice de envelhecimento populacional nestas regiões, constatamos a existência de diferentes motivos subjacentes, susceptíveis de uma elucidação. Assim, como acima já foi referido Alto Trás-os-Montes e Douro tratam-se de regiões envelhecidas; pelo contrário, o Ave e o Tâmega revelam um fenómeno substancialmente diferente, mesmo relativamente às outras NUTS III, uma vez que estamos, tudo o indica, perante regiões rejuvenescidas – Quadro 15.

Ao nível do 3º ciclo do ensino básico a informação disponível apresenta alterações relativas ao constatado para os primeiros dois ciclos. Veja-se que neste patamar de ensino a Região Norte apresenta uma percentagem de indivíduos inferior à evidenciada por Portugal. Todavia, a sub-região do Grande Porto revela uma percentagem superior quer à Região Norte, quer a Portugal. Esta mesma tendência é visível tanto no ensino médio como no superior, como nos mostra o Quadro 17.

Em suma, o peso relativo da população residente na Região Norte é bastante expressivo no 1º ciclo, começando a diminuir desde aí, paulatinamente, à medida que aumenta o nível de ensino. Tendo em linha de conta o cenário encontrado para 1981, verifica-se que a década de 90 apresenta uma tendência idêntica, registando, no entanto, mais oscilações que as encontradas 20 anos após – Quadros 14 e 17. Isto mostra a procura de competências qualificadas por parte da população residente na Região Norte. Pelos dados disponibilizados e já analisados anteriormente, retenha-se, contudo, tratar-se, a Região Norte, de uma região heterogénea ao nível das suas sub-regiões, o que se traduz em desequilíbrio no que respeita à distribuição de população qualificada ao nível de competências adquiridas formalmente. A concentração verificada na sub-região do grande Porto é disso um inequívoco testemunho. Ainda assim, ao nível da escolarização as assimetrias têm vindo, paulatinamente, a diminuir, embora esteja longe ainda se serem anuladas como tal.

Pode-se, então, concluir daqui que a Região Norte de Portugal apresenta, no domínio da escolarização, o predomínio do 1º ciclo do ensino básico, correspondendo este nível de ensino à qualificação escolar modal. Apenas a sub-região do grande Porto apresenta uma percentagem de indivíduos com o 3º ciclo do ensino básico, médio e superior, superior à média nacional. Analisando a informação disponível em números absolutos para os níveis de escolaridade completos da população residente em 2001 – Anexo I –, verifica-se uma espécie de fronteira colocada simbolicamente entre o 3º ciclo do ensino básico e o ensino secundário. Essa barreira adquire visibilidade ao nível da frequência por género; assim, nos três primeiros ciclos de escolaridade, para todas as NUT's III à excepção apenas do Grande Porto (1º ciclo), predomina o género masculino – Quadro 18. Daí para a frente, também para todas as NUTs à excepção novamente do Grande Porto no ensino médio, predomina o género feminino. Esta situação de



regularidade (salvo as situações de excepção acima apontadas) vai de encontro quer ao padrão nacional quer ao padrão da grande região que os integra.

Quadro 18
Distribuição percentual, por sexo, da população residente consoante o nível de escolaridade completo em 2001

		PT	RN	ATM	AVE	CAV	DOU	EDV	GP	ML	TMG
Ens. Básico	H	50,6	51,0	54,7	51,3	51,5	52,5	52,6	48,1	52,2	52,6
1º Ciclo	M	49,4	49,0	45,3	48,7	48,5	47,5	47,4	51,9	47,8	47,4
Ens. Básico	H	52,2	51,8	55,5	51,1	50,9	54,8	51,1	51,4	50,6	52,5
2º Ciclo	M	47,8	48,2	44,5	48,9	49,1	45,2	48,9	48,6	49,4	47,5
Ens. Básico	H	52,7	53,0	58,1	53,4	53,8	55,8	54,1	50,5	54,5	54,8
3º Ciclo	M	47,3	47,0	41,9	46,6	46,2	44,2	45,9	49,5	45,5	45,2
Ensino Secundário	H	48,4	48,9	49,6	48,1	48,5	47,9	49,3	49,4	48,0	48,6
	M	51,6	51,1	50,4	51,9	51,5	52,1	50,7	50,6	52,0	51,4
Ensino Médio	H	48,9	46,1	34,2	46,6	41,5	34,9	47,3	50,6	38,6	36,8
	M	51,1	53,9	65,8	53,4	58,5	65,1	52,7	49,4	61,4	63,2
Ensino Superior	H	41,8	40,3	37,2	37,9	39,9	39,5	37,7	42,1	38,9	36,0
	M	58,2	59,7	62,8	62,1	60,1	60,5	62,3	57,9	61,1	64,0

Legenda: PT – Portugal; RN – Região Norte; ATM – Alto Trás-os-Montes; CAV – Cávado; DOU – Douro; EDV – Entre Douro e Vouga; GP – Grande Porto; ML – Minho-Lima; TMG – Tâmega.

Fonte: INE, *Recenseamento Geral da População e da Habitação*.

A análise por género apresenta, por conseguinte, algumas diferenças que se vêm acentuando ao longo destes 20 anos. Destaca-se, desde logo, uma fronteira colocada entre o último ciclo do ensino básico e o ensino secundário. Assim, e em termos gerais, predomina o género masculino nos três ciclos do ensino básico, enquanto que nos restantes níveis – secundário, médio e superior –, predomina o género feminino, motivo que se fica a dever a desistências e transferências para outro tipo de trajectórias por parte da população masculina. A única excepção ocorre na sub-região do grande Porto em que no 1º ciclo do ensino básico e no ensino médio predominam, respectivamente, o género feminino e o género masculino – Quadro 18.

Pode-se então concluir daqui que o peso relativo dos géneros nos diferentes níveis de ensino assume uma média muito próxima entre o país, a Região Norte e as suas sub-regiões, até ao ensino secundário inclusive. A partir daí ocorre alguma dispersão valorativa face à média nacional, apresentada quer pela Região Norte quer pelas suas sub-regiões. Contudo, novamente sobressai o Grande Porto com tendências opostas à que predomina. Repare-se que nos ensinos médio e superior, esta sub-região é a única que apresenta um peso relativo superior à média nacional para o género masculino, enquanto que para o género feminino é também o único caso que apresenta uma média inferior à nacional.

Com esta informação, é visível o reforço da feminização no ensino, que se irá traduzir, de modo cada vez mais reforçado, na feminização no mercado de trabalho nomeadamente nos lugares mais privilegiados e exigentes ao nível das competências oficiais. A feminização no



trabalho impôs-se inicialmente por uma questão de subalternidade da mulher, aquando dos movimentos migratórios da população masculina. Este fenómeno fazendo-se sentir desde, sensivelmente, os anos 60, com um arranque inicial de forte impacto no sector primário, adquire uma expressão cada vez mais significativa no sector secundário e na posterior transferência para o sector terciário aquando do empolamento de que foi alvo nos anos subsequentes. Contudo, a feminização no ensino, principalmente no ensino superior é um fenómeno relativamente recente, e que revela a conquista do género feminino relativamente à aquisição de competências valorizadas no mercado de trabalho, reveladoras, inclusivamente, de trajectórias passíveis de ascensão social e de sucesso. Tudo isto se irá reflectir, não só no traçado da estrutura social, como também na distribuição territorial de competências diferenciadas, acrescidas e traduzidas numa estrutura de classes substancialmente diferente da que vigorou vinte anos atrás. Por conseguinte, posteriormente, a feminização no trabalho veio a revelar competências acrescidas e posições laborais legitimadas graças a méritos ganhos e reconhecidos. Atente-se, de seguida, na taxa de variação entre os níveis de escolaridade na população residente entre 1981 e 2001 – Quadro 19.

Quadro 19
População residente por nível de escolaridade completo e taxa de variação entre 1981 e 2001²³

Nível de Ensino	1981		2001		Taxa de Variação	
	Região Norte	Portugal	Região Norte	Portugal	Região Norte	Portugal
Ensino Básico 1º Ciclo	991.947	2.731.231	913.568	2.382.283	- 7,9	- 12,8
Ensino Básico 2º Ciclo	143.400	377.830	369.447	799.478	157,6	111,6
Ensino Básico 3º Ciclo	68.211	266.687	166.310	496.321	143,8	86,1
Ensino Secundário	57.787	229.453	201.989	704.090	249,5	206,9
Ensino Médio	25.787	87.520	18.621	66.965	- 27,8	- 23,5
Ensino Superior	35.716	155.287	178.105	622.417	398,7	300,8

Fonte: INE, *Recenseamento Geral da População e da Habitação*.

Como se pode constatar, apesar de se tratar do nível de escolaridade modal, o 1º ciclo do ensino básico encontra-se em declínio tanto na Região Norte como no país, que revelam, assim, comportamentos evolutivos tendencialmente semelhantes. A grande novidade regista-se ao nível do ensino superior, cuja taxa de variação ao longo de duas décadas apresenta um extraordinário crescimento nas duas unidades territoriais; contudo, na Região Norte a expansão deste nível de ensino supera francamente a do país. Quanto ao ensino secundário, apresenta, a seguir ao Superior, a maior taxa de crescimento, o que, de novo, indicia, por um lado o fim da trajectória académica e, por outro, um compasso de espera que abrange não só os que o frequentam pela primeira vez como também os que se encontram retidos em compasso de espera por ainda não terem entrado no ensino superior. Do nosso ponto de vista fica patente a

²³ Por não estarem disponíveis, não trabalhamos com elementos relativos ao nível de escolaridade de índole Profissional.



crescente procura da via académica como projecto integrado ou a integrar nas trajetórias dos indivíduos.

3.3. Sobre o analfabetismo

Portugal é um país que durante décadas e até, sensivelmente, aos anos 80 contou com uma população caracterizada estruturalmente por uma elevada taxa de analfabetismo. Comparativamente a outros países europeus, e quanto a este indicador, Portugal manteve-se, até aos nossos dias com um atraso significativo. Pese embora esse facto, Portugal arrancou nos anos 80, já em plena época democrática, com políticas educacionais tendentes a diminuir drasticamente esses valores que o colocam na cauda da Europa. Ainda assim, apesar do seu esforço significativo de recuperação, e apesar de se registar uma evolução no sentido de o aproximar dos seus parceiros europeus, o nosso país ainda não recuperou totalmente todo um atraso que o marcou vincadamente durante décadas²⁴. É isso precisamente que nos indicam os dados informativos recolhidos para os três recenseamentos que medeiam entre os anos 80 do século passado e o primeiro ano do século actual.

Quadro 20
Taxa de analfabetismo por sexo em 1981, 1991 e 2001

Unidade Territorial	1981			1991			2001		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Portugal	18,6	13,7	23,0	11,0	7,7	14,1	9,0	6,3	11,5
Região Norte	17,2	11,6	22,1	9,9	6,4	13,2	8,3	5,5	10,9
Alto Trás-os-Montes	26,4	21,5	73,3	18,2	14,3	22,0	15,8	12,5	18,9
Ave	16,6	11,3	42,5	9,5	6,2	12,5	7,7	5,1	10,1
Cávado	16,8	10,1	40,8	9,5	5,4	13,1	7,6	4,7	10,3
Douro	24,5	19,7	65,4	15,5	11,9	18,9	13,7	10,5	16,6
Entre Douro e Vouga	15,5	9,7	20,7	8,7	5,0	12,2	7,3	4,5	9,9
Grande Porto	11,2	6,3	15,4	5,9	3,0	8,4	5,3	3,0	7,4
Mínho-Lima	22,8	13,4	30,3	13,9	7,6	19,1	11,6	6,7	15,8
Tâmega	22,7	16,8	28,4	12,3	8,6	15,8	10,2	7,4	12,9

Fonte: INE, *Recenseamento Geral da População e da Habitação*.

Em 20 anos, Portugal viu declinar a sua taxa de analfabetismo para metade. Ora, a Região Norte, tem vindo a apresentar um comportamento evolutivo que se aproxima bastante da média do país. Repare-se que em 20 anos a Região Norte, tal como o país, diminuiu as respectivas taxas de analfabetismo sensivelmente para metade, apesar de se registar um ritmo de

²⁴ Sobre a grande temática do ensino e educação em Portugal no séc. XX, marcos, constrangimentos e evolução, bem como sobre a construção da democratização do ensino, muito se tem escrito. Ver, por exemplo, Stoer (1982); Formosinho & Machado (2000); Vieira [et al.] (2003).



decréscimo mais acentuado na primeira década do que na segunda. No que respeita às suas sub-regiões, encontra-se o mesmo padrão de diminuição, apesar de, uma vez mais, o Norte se apresentar internamente diferenciado. Assim, e para os três registos temporais, o Ave, o Cavado,

Entre o Douro e Vouga e o Grande Porto, apresentam valores para as respectivas taxas de analfabetismo inferiores quer à média nacional, quer à média da região envolvente; contudo, destes é o Grande Porto que mais se destaca na diferença. Importa agora perceber este tipo de evolução com sentido positivo. Este fenómeno fica a dever-se a dois factores explicativos: por um lado, e como já se referiu, a políticas de incentivo à escolarização e à alfabetização de adultos, que se foi expandindo após o 25 de Abril no nosso país; por outro lado, à renovação geracional que ao longo de 20 anos se foi processando.

Mesmo nas unidades territoriais mais envelhecidas, este último factor está presente; atente-se, a este propósito, nas taxas de envelhecimento e de escolaridade que já foram anteriormente apresentadas.

O Grande Porto, sendo uma unidade territorial também heterogénea internamente, conta com a população mais alfabetizada, apresentando a mais baixa taxa de analfabetismo, facto que, provavelmente, se fica a dever a um leque alargado de possibilidades de oferta ao nível dos estudos existente nesta unidade territorial, mas também ao facto de, dada a grande heterogeneidade populacional estar-se perante um mais vasto conjunto de práticas e representações diferentes capazes de suscitar a emergência de aspirações direccionadas a uma escalada face à escolarização.

No que respeita aos géneros, evidencia-se também uma tendência comum entre todas as unidades territoriais que aponta para fortes e maiores taxas de prevalência para o género feminino.

4. Ensino Superior

Abordar as práticas escolares em mudança implica abordar também a vertente inerente ao ensino superior. Neste sentido, iremos segmentar esta análise em dois momentos: o presente, no sentido de apurar o perfil dos diplomados actuais, isto é, seus graus académicos e sua evolução, incidindo em marcos temporais tão remotos quanto nos sejam possíveis as estatísticas disponibilizadas; o outro momento respeita ao futuro, no sentido de tentarmos perspectivar o reflexo dos graus académicos e áreas científicas na estrutura económica, o que nos leva a basear a nossa análise nos inscritos no ensino superior, uma vez que nos traduzem competências em curso e em aquisição e que, pelo menos potencialmente, são passíveis de serem equacionadas como investimento a aplicar na economia da região.



4.1 A realidade que temos

Como se pode constatar pelo quadro 21²⁵, nem todas as áreas científicas apresentam valores com igual peso estatístico em 1981. Poder-se-ia até agrupar esta informação em dois subconjuntos com pesos estatísticos bastante dissemelhantes; um, constituído pelas quatro áreas científicas mais preponderantes: i) Educação, ii) Saúde e Protecção Social, iii) Artes, Humanidades e Direito e iv) Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção; outro, constituído por áreas de menor procura e, conseqüentemente, com menor peso de diplomados: i) Ciências Sociais, Comércio e Direito, ii) Ciências, Matemática e Informática, iii) Agricultura e iv) Serviços. Repare-se na subalternidade da Agricultura enquanto área científica, o que revela o pouco investimento em formação superior num sector que deveria ser o primeiro a sofrer o impacto de investimentos com fins desenvolvimentistas, não só em termos regionais mas também e, essencialmente, em termos nacionais.

Quadro 21
Diplomados por área científica e sexo em 1981 (% em coluna) a)

		PT	RN	ATM	AVE	CAV	DOU	EDV	GP	ML	TMG
Agricultura	HM	3,7	2,0	6,8	1,1	2,1	6,1	1,7	1,0	2,1	1,9
	H	6,9	4,3	16,6	2,9	5,1	13,8	3,6	2,1	4,9	4,9
	M	0,9	0,3	1,1	0,1	0,3	1,3	0,5	0,2	0,4	0,2
Artes e Humanidades	HM	19,6	20,2	15,7	18,6	21,1	16,7	18,4	21,9	18,5	17,3
	H	21,4	26,9	30,4	33,3	36,2	30,3	29,8	22,4	33,6	35,8
	M	18,1	15,5	7,0	10,2	11,9	8,1	11,5	21,5	9,2	7,2
Ciências Sociais, Comércio e Direito	HM	11,1	5,1	3,1	5,5	4,4	2,7	6,7	5,9	3,3	2,7
	H	12,6	6,2	2,9	8,3	6,0	3,9	9,0	6,7	4,3	4,1
	M	9,9	4,3	3,2	3,9	3,4	2,0	5,3	5,3	2,7	2,0
Ciências, Matemática e Informática	HM	4,3	4,0	1,9	2,6	3,1	2,2	3,0	5,5	1,9	1,5
	H	2,8	2,5	1,1	2,1	2,4	1,9	1,4	3,0	1,2	1,5
	M	5,6	5,1	2,5	2,9	3,5	2,4	4,0	7,5	2,3	1,4
Educação	HM	25,2	34,9	53,9	45,3	44,5	53,6	45,1	21,7	49,5	59,1
	H	6,1	9,7	20,8	11,6	12,9	22,6	13,4	4,3	15,3	25,1
	M	41,5	52,4	73,3	64,5	63,8	73,0	64,3	35,7	70,6	77,6
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	HM	13,4	13,3	5,0	9,2	7,7	5,4	10,9	18,4	8,8	5,7
	H	25,8	28,4	11,5	22,6	18,0	12,0	26,1	36,3	20,8	14,1
	M	2,9	2,7	1,2	1,5	1,4	1,2	1,6	3,9	1,4	1,2
Saúde e Protecção Social	HM	18,6	18,8	11,8	16,3	15,3	12,0	13,5	23,3	14,0	11,0
	H	16,7	18,7	13,0	17,3	15,8	12,7	15,6	21,5	15,7	12,9
	M	20,3	18,9	11,1	15,7	15,0	11,6	12,3	24,8	13,0	9,9
Serviços	HM	4,1	1,9	1,7	1,4	1,8	1,3	0,8	2,3	1,9	0,9
	H	7,8	3,3	3,6	2,0	3,5	2,9	1,1	3,7	4,1	1,5
	M	0,9	0,9	0,6	1,1	0,7	0,3	0,6	1,1	0,5	0,5

Legenda: PT – Portugal; RN – Região Norte; ATM – Alto Trás-os-Montes; CAV – Cávado; DOU – Douro; EDV – Entre Douro e Vouga; GP – Grande Porto; ML – Minho-Lima; TMG – Tâmega.

Nota: a) Por questões de arredondamento, a soma das parcelas poderá não corresponder a 100%.

Fonte: INE, *Recenseamento Geral da População e da Habitação*.

²⁵ Os valores absolutos respeitantes a este indicador podem ser consultados nas Base de Dados, Quadro K.04.01, bem como a distribuição percentual dos diplomados por área científica e sexo (Quadro K.04.03).



Uma breve análise ao quadro 22 permite-nos constatar que em 1991 a Educação, era a área científica que concentrava maior número de diplomados, simultaneamente no país e na Região Norte, apesar desta apresentar um valor que ultrapassa a média do país (34,9% e 25,2% respectivamente). Seguem-se, em termos de áreas preponderantes as Artes, Humanidades e Direito, a Saúde e Protecção Social e, com alguma distância, a Engenharia, todas elas com valores médios estatísticos bastante próximos tanto na Região Norte como no país. Contudo, ao nível das NUT's III, encontramos algumas diferenças que podem revelar opções de actuação diferente com consequente tradução, também diferenciada, ao nível das estratégias económicas de cada sub-região.

Assim, se a área da Educação é realmente forte em investimento em todas as NUT's III, salvaguarda-se, no entanto, o caso do Grande Porto, para o qual esta área apresenta valores compatíveis com os apresentados pelas restantes áreas que mais se destacam e que rondam uma percentagem de vinte e pouco, enquanto que nas restantes sub-regiões a percentagem dos diplomados em Educação varia entre 44,5% (Cavado) e 59,0% (Tâmega).

No que respeita às outras três áreas preponderantes, acresce ainda o facto de que se em Artes, Humanidades e Direito os valores apresentados por todas as sub-regiões não revelam grandes disparidades (apesar da superioridade média do Grande Porto), já na Saúde e Protecção Social a oscilação valorativa vai-se fazendo sentir – com destaque também para o Grande Porto (23,3%) e menor incidência no Tâmega e no Alto Trás-os-Montes (11,0% e 11,8%). A área de Engenharia e Indústrias é, das quatro, a que revela maior variação média, situada esta entre os 5% no alto Trás-os-Montes e 18,4% no Grande Porto.

A distribuição, em termos de géneros, à excepção em Educação, favorece o masculino em todas as unidades territoriais aqui tratadas, não só nas quatro áreas de maior destaque, como, inclusivamente e grosso modo, nas restantes áreas científicas.



Quadro 22
Diplomados por área científica e sexo em 1991 (% em coluna) a)

		PT	RN	ATM	AVE	CAV	DOU	EDV	GP	ML	TMG
Agricultura, Silvicultura e Pescas	HM	3,1	1,8	6,9	1,2	2,0	9,1	1,3	0,8	3,1	3,3
	H	4,4	2,8	10,5	2,0	3,0	12,0	2,2	1,4	4,6	5,2
	M	1,6	0,8	2,9	0,4	1,0	5,7	0,5	0,3	1,5	1,3
Ciências Exactas e Naturais	HM	5,5	5,5	3,7	4,6	3,9	4,5	4,8	6,4	3,2	3,8
	H	3,3	3,0	1,2	2,5	2,5	2,7	2,0	3,4	2,3	2,3
	M	8,0	8,3	6,6	6,8	5,5	6,6	7,6	9,6	4,3	5,5
Ciências Médicas	HM	14,1	15,2	13,7	13,3	12,6	15,1	12,0	16,0	17,1	15,4
	H	12,3	13,8	12,2	11,9	12,3	13,3	11,4	14,4	15,4	13,7
	M	16,0	16,8	15,3	14,7	12,8	17,3	12,6	17,7	19,0	17,2
Ciências Sociais, Ciências Empresariais e Direito	HM	23,0	18,6	14,9	17,6	15,2	12,4	18,4	20,5	15,1	15,4
	H	25,2	21,7	16,4	21,9	18,2	16,0	22,2	23,6	16,7	18,3
	M	20,5	15,4	13,1	13,1	11,8	8,3	14,6	17,1	13,2	12,2
Engenharia	HM	16,3	16,4	9,9	13,6	12,4	9,8	15,4	18,9	13,2	10,8
	H	26,4	27,0	16,0	22,9	19,9	14,7	26,7	31,4	21,1	17,6
	M	5,0	5,1	3,1	3,8	4,2	4,1	4,0	5,8	4,1	3,4
Formação de Pro- fessores / Forma- dores e Ciências da Educação	HM	4,9	6,7	11,4	10,8	13,3	11,4	8,7	4,0	9,8	10,2
	H	1,5	2,0	3,8	2,9	5,3	5,0	2,1	0,9	2,8	3,2
	M	8,7	11,7	20,0	19,2	22,1	18,7	15,3	7,3	17,7	17,8
Letras, Artes e Ciências Religiosas	HM	19,0	20,0	20,9	19,2	21,4	20,9	18,8	19,4	22,6	22,8
	H	12,2	14,7	20,9	17,6	19,9	20,8	13,7	11,7	21,9	22,0
	M	26,7	25,7	20,9	21,0	22,9	21,1	24,0	27,6	23,4	23,6
Outros Ramos	HM	14,1	15,7	18,6	19,6	19,3	16,8	20,6	13,9	16,0	18,3
	H	14,7	15,1	19,0	18,3	18,9	15,7	19,7	13,3	15,2	17,7
	M	13,5	16,3	18,1	21,0	19,7	18,1	21,4	14,5	16,8	18,8

Legenda: PT – Portugal ; RN – Região Norte ; ATM – Alto Trás-os-Montes ; CAV – Cávado ; DOU – Douro ; EDV – Entre Douro e Vouga ; GP – Grande Porto ; ML – Minho-Lima ; TMG – Tâmega.

Nota: a) Por questões de arredondamento, a soma das parcelas poderá não corresponder a 100%.

Fonte: INE, *Recenseamento Geral da População e da Habitação*.

No período de tempo de uma década decorrida, tanto o país como a Região Norte foram alvo de fortes transformações na escolarização não só no que respeita à oferta mas também na procura. 1991 marca já um certo distanciamento face à Revolução de Abril, época bastante conturbada, propulsora de fortes mudanças em Portugal. Assim, o Recenseamento Geral da População de 1991, permite-nos constatar a consolidação de mudanças iniciadas há cerca de 15 anos atrás. Pese embora a alteração efectuada a nível de nomenclaturas e designações de arranjos das áreas científicas que evidenciam as opções dos indivíduos com passíveis repercussões a nível profissional, ainda assim, desafiámo-nos a um confronto entre as áreas científicas dos diplomados baseando-nos em três momentos de Recenseamento: não só 1981, 1991 mas também 2001, como se verá adiante.

Desta forma, podemos considerar que, grosso modo, a Região Norte e o país apresentam opções muito próximas. Veja-se que as quatro áreas mais dominantes em ambos os casos são i) Letras, Artes e Ciências Religiosas, ii) Ciências Sociais, Ciências Empresariais e Direito,



seguidas de iii) Engenharia e, em quarto plano, as Ciências Médicas. Em contrapartida, a Agricultura, para além de se encontrar em processo evolutivo declinante, é uma área científica que persiste com menor peso estatístico continuando a ser mais baixa na Região Norte do que a média apresentada pelo país. Ao nível de sub-regiões, como já tivemos oportunidade de constatar, a Região Norte caracteriza-se por desequilíbrios internos. Ora, esses desequilíbrios fazem-se sentir também no que respeita à opção da área de formação. Na Agricultura isso é gritante, variando os valores percentuais entre 0,8% (Grande Porto) e 6,9% (Alto Trás-os-Montes). Diríamos mesmo tratar-se da área científica com maior desequilíbrio ao nível das sub-regiões.

Uma das grandes alterações entre 1981 e 1991 situa-se na área da Educação. Sendo a área que se destacava pela positiva, dez anos volvidos, desce para último lugar na Região Norte e para penúltimo no país²⁶. Outra, respeita à distribuição por sexos. E, neste contexto, chamaríamos a atenção para o facto de se observar a consolidação da alteração em favor do sexo feminino. Veja-se que a proeminência das mulheres se vai tornando cada vez mais sólida, apresentando valores maioritários em praticamente todas as sub-regiões nas áreas de Ciências Exactas, Médicas, Formação de Professores e Letras. Nas restantes áreas, apesar de a distribuição se apresentar favorável ao sexo masculino, nota-se um aumento significativo na mancha feminina, o que revela também alguma movimentação no que respeita às opções científicas deste género. A este propósito, não se perca de vista um conjunto de mudanças que, a nível estrutural, fomentam estas alterações. O alargamento do ensino superior por via do alargamento generalizado do *Numerus Clausus* e a abertura de novos cursos, sob a tutela estatal mas também sob tutelas privadas, disponibiliza aos estudantes possibilidades reais de continuação dos estudos até ao fim da recta académica, sob o signo da promessa de um futuro, ainda virtual mas provável, entroncado em trajectórias ascendentes. Assim, se aliarmos ainda a estes factores alterações ao nível de estratégias economicistas que vão tendo em conta novas necessidades nomeadamente tecnológicas, por exemplo, e ainda a conquista feminina de maior autonomia face à família no que respeita a opções estratégicas em dimensões várias do próprio quotidiano, o crescimento de aspirações de mobilidade social por via da escolarização ao nível superior e, respectivamente, o facto de a formação científica ao nível do ensino superior revelar possibilidades de inserção profissional futura de sucesso, assiste-se, assim, como corolário, a alguma mobilidade nas escolhas das áreas científicas que se fica a dever não só ao alargamento do ensino superior como também à conquista feminina de novos e *modernos* espaços de inserção profissional. Aliás, tenha-se presente o extraordinário acréscimo dos estudantes do ensino superior de que já demos conta anteriormente.

²⁶ Equiparámos “Educação”, designação obtida para 1981 a “Formação de Professores / Formadores e Ciências da Educação”, designação expressa em 1991.



Finalmente, uma rápida passagem pelos elementos recolhidos para 2001 – Quadro 23.

De imediato, o que sobressai nesta análise é o extraordinário aumento da população diplomada, reflectido em ambos os sexos. Contudo, no que respeita à distribuição dos diplomados por sexos ressalta, para as oito áreas científicas em observação, a maioria de mulheres em cinco delas. As excepções situam-se na Engenharia/Indústrias Transformadoras, na Agricultura e nos Serviços, apesar de aumentar ligeiramente a concentração de mulheres em cada uma dessas áreas.

Quadro 23
Diplomados por área científica e sexo em 2001 (% em coluna) a)

		PT	RN	ATM	AVE	CAV	DOU	EDV	GP	ML	TMG
Agricultura	HM	2,8	2,2	6,9	1,7	2,0	9,9	1,2	1,1	3,0	2,9
	H	4,3	3,4	11,9	2,8	3,0	14,8	2,1	1,6	5,0	5,1
	M	1,7	1,4	3,9	1,0	1,4	6,6	0,6	0,7	1,8	1,7
Artes e Humanidades	HM	14,7	15,1	14,0	15,0	16,8	15,0	13,6	15,0	15,7	14,8
	H	9,9	11,4	15,0	13,0	15,6	14,6	10,1	9,3	14,8	14,7
	M	18,2	17,6	13,4	16,2	17,7	15,3	15,8	19,2	16,3	14,8
Ciências Sociais, Comércio e Direito	HM	30,7	27,4	19,3	25,5	22,7	16,7	31,9	30,7	23,6	24,5
	H	32,6	30,1	22,4	29,5	25,2	19,2	35,7	33,0	25,5	28,0
	M	29,3	25,5	17,5	23,0	21,0	15,1	29,6	29,0	22,4	22,5
Ciências, Matemática e Informática	HM	7,6	7,3	7,0	7,9	8,2	7,4	6,7	7,3	6,0	6,2
	H	7,5	7,0	6,4	7,9	9,9	6,7	6,2	6,6	6,0	6,6
	M	7,6	7,5	7,3	7,8	7,1	7,8	7,0	7,8	5,9	6,0
Educação	HM	12,1	15,6	26,9	20,1	21,8	24,8	17,7	9,5	21,2	26,4
	H	3,8	5,0	12,3	6,1	8,0	10,9	5,1	2,3	8,8	10,3
	M	18,2	22,8	35,7	28,9	31,1	34,0	25,5	14,8	29,2	35,6
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	HM	14,1	14,6	7,5	13,9	13,9	8,3	13,6	17,2	11,6	9,6
	H	26,0	27,4	14,8	26,1	24,7	15,6	27,8	31,4	22,2	20,4
	M	5,5	5,9	3,0	6,4	6,8	3,4	4,9	6,8	4,7	3,4
Saúde e Protecção Social	HM	14,0	14,7	15,3	12,8	11,6	14,0	12,5	16,1	14,9	12,6
	H	10,3	11,5	12,0	10,6	9,7	11,2	9,3	12,2	11,9	10,4
	M	16,7	17,0	17,3	14,1	12,9	15,9	14,5	19,1	16,8	13,9
Serviços	HM	3,9	3,1	3,1	3,1	2,8	3,9	2,8	3,0	4,0	3,0
	H	5,5	4,1	5,2	4,0	3,9	6,9	3,6	3,6	5,7	4,5
	M	2,7	2,4	1,9	2,5	2,0	1,9	2,3	2,5	3,0	2,1

Legenda: PT – Portugal; RN – Região Norte; ATM – Alto Trás-os-Montes; CAV – Cávado; DOU – Douro; EDV – Entre Douro e Vouga; GP – Grande Porto; ML – Minho-Lima; TMG – Tâmega.

Nota: a) Por questões de arredondamento, a soma das parcelas poderá não corresponder a 100%.

Fonte: INE, *Recenseamento Geral da População e da Habitação*.

No que respeita à sua prevalência, se no país a sequência das quatro áreas preponderantes se mantém – i) Ciências Sociais/Comércio e Direito, ii) Artes e Humanidades, iii) Engenharia/Indústrias Transformadoras e Construção, iv) Saúde e Protecção Social – na Região Norte algumas alterações se fizeram sentir, tendo recaído na eleição da Educação e no declínio da Engenharia. De resto, tal como já acontecera em 1981, a Agricultura e os Serviços permanecem em lugares quase residuais; por seu lado, as Ciências/ Matemática e Informática



continuam a evidenciar um peso estatístico pouco significativo, apesar de um ligeiro aumento verificado ao longo da década de 90.

O facto de as designações das áreas científicas terem sido alvo de reajustamentos censitários entre as décadas, devidas inclusivamente a alterações de conteúdos programáticos ou, por exemplo, a aferições melhor conseguidas no sentido de uma maior adequação entre as designações e a realidade, tornou-se um verdadeiro obstáculo no que respeita a uma comparação por via do cálculo das taxas de variação. Ainda assim, recorrendo às *Estatísticas de Educação*, e salvaguardando algumas diferenças numéricas no que respeita à recolha e às estatísticas disponibilizadas, afigurou-se-nos pertinente proceder a um confronto entre o peso estatístico dos diplomados por área científica nas duas unidades territoriais. Vamos, de seguida, observar a sua variação ao longo dos últimos quatro anos em análise – 1997/98 a 2000/01.

Quadro 24
Peso relativo de diplomados por área científica (% em coluna)²⁷

Área Científica	Região Norte				Portugal			
	1997 / 1998	1998 / 1999	2000 / 2001	2001 / 2002	1997 / 1998	1998 / 1999	2000 / 2001	2001 / 2002
Agricultura	2,6	3,2	2,4	2,5	3,3	2,5	2,2	2,3
Artes e Humanidades	7,1	9,0	7,9	7,0	8,6	9,2	8,9	7,9
Ciências Sociais, Comércio e Direito	38,4	35,5	33,8	30,3	39,8	38,7	35,0	31,8
Ciências, Matemática e Informática	4,7	5,9	5,6	5,5	5,4	5,8	5,8	5,5
Educação	18,7	17,7	18,3	20,2	16,5	16,1	17,8	19,7
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	14,5	13,3	13,4	12	12,5	13,2	12,8	11,6
Saúde e Protecção Social	10,6	11	13,5	18	9,7	10,1	12,8	16,7
Serviços	3,4	4,4	5,1	4,5	4,2	4,4	4,7	4,5

Fonte: INE, *Estatísticas da Educação*.

Como se pode constatar, em 2000/01 a Região Norte encontra médias bastante próximas às médias apresentadas pelo país, no que concerne à hierarquização das áreas científicas afins aos diplomados, predominando em ambos os contextos territoriais, e pela seguinte ordem, Ciências Sociais, Educação, Saúde e Engenharia. O que mais se destaca é um crescimento na área de Saúde, que tem vindo a ser gradual e sempre ascendente, pese embora o facto de Ciências Sociais registar um valor estatístico mais saliente. Também a Engenharia tem vindo a ser alvo de um investimento em termos de formação, que provavelmente estará relacionado com o incremento da construção e da implantação de indústrias, ainda que difusas.

Assim, constata-se que, apesar de algumas, poucas, discrepâncias entre as fontes consultadas²⁸, grosso modo não se registam diferenças de fundo susceptíveis de por em causa este estudo.

²⁷ Na base de dados pode ser consultado o quadro correspondente com os respectivos números absolutos – vd. Quadro K.04.25



Quadro 25
Número de diplomados por tutela de ensino e sexo

Ano Lectivo	Unidade Territorial	Público			Privado e Universidade Católica		
		HM	H	M	HM	H	M
1995 / 1996	Portugal	24.710	9.185	15.525	14.406	4.806	9.600
	Região Norte	6.745	2.444	4.301	5.154	1.835	3.319
1996 / 1997	Portugal	26.610	10.028	16.582	16.186	5.464	10.722
	Região Norte	7.401	2.757	4.644	5.887	2.047	3.840
1997 / 1998	Portugal	27.903	10.577	17.326	18.575	6.231	12.344
	Região Norte	7.556	2.880	4.676	6.910	2.471	4.439
1998 / 1999	Portugal	30.211	11.379	18.832	21.227	7.009	14.218
	Região Norte	8.294	3.236	5.058	7.840	2.682	5.158
1999 / 2000	Portugal	32.401	11.807	20.594	23.854	8.851	15.003
	Região Norte	9.145	3.407	5.738	8.651	2.800	5.851
2000 / 2001	Portugal	38.617	13.150	25.467	22.523	6.942	15.581
	Região Norte	11.780	4.001	7.779	9.406	2.939	6.467
2001 / 2002	Portugal	42.200	14.503	27.697	21.894	6.544	15.350
	Região Norte	11.934	5.374	7.722	9.084	2.697	6.387

Fonte: INE, *Estatísticas da Educação*.

Quadro 26
Distribuição percentual dos diplomados por tutela de ensino e sexo (% em linha)

Ano Lectivo	Unidade Territorial	Público		Privado e Universidade Católica	
		H	M	H	M
1995 / 1996	Portugal	37,2	62,8	33,4	66,6
	Região Norte	36,2	63,8	35,6	64,4
1996 / 1997	Portugal	37,7	62,3	33,8	66,2
	Região Norte	37,3	62,7	34,8	65,2
1997 / 1998	Portugal	37,9	62,1	33,5	66,5
	Região Norte	38,1	61,9	35,8	64,2
1998 / 1999	Portugal	37,7	62,3	33,0	67,0
	Região Norte	39,0	61,0	34,2	65,8
1999 / 2000	Portugal	36,4	63,6	37,1	62,9
	Região Norte	37,3	62,7	32,4	67,6
2000 / 2001	Portugal	34,1	65,9	30,8	69,2
	Região Norte	34,0	66,0	31,2	68,8
2001 / 2002	Portugal	34,4	65,6	29,9	70,1
	Região Norte	41,0	59,0	29,7	70,3

Fonte: INE, *Estatísticas da Educação*.

Os quadros 25 e 26 contribuem para demonstrar: i) o aumento extraordinário dos diplomados em Portugal e na Região Norte, que vem traduzindo um maior investimento por parte da população no que refere à formação académica a nível superior, quer em estabelecimentos de ensino público como privado; ii) a supremacia dos diplomados formados por estabelecimentos públicos de ensino; iii) o incremento do investimento feminino na

²⁸ Recenseamento Geral da População e Estatísticas da Educação.



formação bem como iv) a sua supremacia face ao sexo masculino, com tendência de aumento, nomeadamente a partir dos dois últimos anos. Isto é, percebe-se claramente estarmos perante lógicas diferentes no que concerne a estratégias com fins laborais entre os dois sexos: o sexo feminino opta cada vez mais por uma trajectória que passa pela academia, enquanto o sexo masculino se vai demarcando desta lógica, encetando outro tipo de trajectórias.

Assim, fique-se apenas com a clara ideia que o que daqui ressalta é: i) o aumento extraordinário de diplomados; ii) o crescimento do volume de mulheres diplomadas, em ambas as unidades territoriais; iii) alterações do xadrez diplomado, não alheias ao crescimento e diversidade das ofertas em curso e, por sua vez, reflectido esse na diversidade do conjunto dos diplomas. Todas estas vertentes de mudança encontram-se já consolidadas, tanto na Região Norte como no país, apesar de naquela, as assimetrias sub-regionais serem ainda evidentes.

Não poderíamos finalizar esta apresentação sem proceder a uma explanação do número e peso estatístico dos diplomados por grau académico – Quadro 27.

Quadro 27
Número absoluto e peso relativo de diplomados por grau académico em 1998 e 2004 (% em coluna)

		Região Norte			Portugal		
		1998	2004	Tx Var.	1998	2004	Tx Var.
Bacharel	NA	3.925	3.858	- 1,7	12.172	12.155	- 0,1
	%	27,1	17,1		26,2	17,7	
Licenciado e Equiparado	NA	9.684	14.310	47,8	31.193	43.886	40,7
	%	66,9	63,5		67,1	63,9	
Complemento de Formação	NA	-	2.642	264.200	-	6.897	689.700
	%	-	11,7		-	10,0	
Especialização Pós-Licenciatura	NA	193	532	175,6	621	1.797	189,4
	%	1,4	2,6		1,3	2,6	
Mestre	NA	550	891	62,0	2.117	3.068	44,9
	%	3,8	3,9		4,6	4,5	
Doutor	NA	114	275	141,2	375	895	138,7
	%	0,8	1,2		0,8	1,3	

Legenda: NA – número absoluto ; Tx Var. – taxa de variação.

Fonte: OCES, Evolução do número de diplomados no Ensino Superior, por distrito e por NUTSII: 1998 a 2004.

Podemos então atestar ser a licenciatura o grau académico prevalecente em 1989 como em 2004, na Região Norte que apresenta um valor para cada grau académico perfeitamente equiparado à média do país no respectivo ano de observação. Contudo, essas médias, que aumentam nitidamente em valor absoluto expressas por uma taxa de variação cifrada em 47,8 na Região Norte, estão a ser alvo de perda de peso estatístico em prol duma formação/curso mais longa e mais exigente em tempo de formação, como é o caso, por exemplo, do mestrado ou do doutoramento que, no período de seis anos, foram alvo de uma variação de 62,0 e 141,2 respectivamente – Quadro 27. Como se pode constatar, em cerca de seis anos assiste-se a um incremento em todos os graus académicos, com excepção do bacharel, que entra em declínio.



Chamaríamos uma especial atenção para o aumento dinâmico que têm vindo a ser alvo os cursos de especialização pós-licenciatura e os cursos de doutoramento. Pese embora o facto de estarmos ainda perante valores quase residuais (tendo em conta o conjunto do *retrato escolar da população*), ainda assim, pelo seu gradual aumento de 1998 a 2004, torna-se legítima a previsão de um aumento significativo a este nível nos próximos anos, perspectivado até pelo império do processo de Bolonha, muito recente em Portugal, mas que se traduzirá certamente, na consolidação do xadrez graduado não só no nosso país como também na Região Norte. É sobre esse assunto que nos iremos debruçar já de imediato.

4.2. A realidade que se perspectiva

A inscrição de alunos é uma variável pertinente que nos permite, com alguma segurança e pequena margem de erro, perceber a priorização dada a cada tipo de curso, bem como o alagamento do limite máximo obtido com os estudos superiores e traduzido pelo grau académico. Assim sendo, percebe-se pelo Quadro 28 (e comparativamente com o Quadro 27, informação de 1998) que há uma tendência consonante entre o número de inscritos em cada tipo de curso e a existência de graduados afins a esses cursos. Veja-se que a licenciatura continua a ser o tipo de curso com procura modal nos dois períodos temporais aqui em destaque e para ambas as unidades territoriais, cuja média se aproxima bastante, embora apresente uma taxa de variação negativa – Quadro 29. É patente, por conseguinte, uma diminuição em termos absolutos, mas também relativos – Quadro 28. Ora, essa diminuição do número de inscrições em cursos de licenciatura e equiparados, entre 1989 e 2005 não se fica a dever à diminuição da população do ensino superior, que entre 1989 e 2005 aumentou de 24 965 para 26 067 indivíduos na Região Norte e de 81 885 para 84 363 indivíduos no país – Quadro 30. A causa primeira circunscreve-se, basicamente, a uma maior dispersão da primeira inscrição dos estudantes em cursos de Pós-Licenciatura, como o caso dos Mestrados e dos Doutoramentos. Todos estes elementos sugerem-nos estarmos perante um contexto que começa a esboçar e a privilegiar, ainda que timidamente, a prossecução dos estudos para além da licenciatura, assistindo-se mesmo à deslocação do limite académico para cima. A este propósito chamaríamos a atenção para a inexistência de complemento de formação em 1989, que no entanto, já adquire expressão sete anos após.



Quadro 28
Peso relativo de inscritos no primeiro ano pela primeira vez segundo o tipo de curso
em 1998 e 2005 (% em coluna)

Tipo de Curso	Região Norte				Portugal			
	1998		2005		1998		2005	
	NA	%	NA	%	NA	%	NA	%
Bacharelato	6.769	27,1	273	1,0	22.322	27,3	1.537	1,8
Licenciatura Bietápica	-	-	6.166	23,7	-	-	19.481	23,1
Licenciatura e Equiparado	16.285	65,2	13.989	53,7	52.596	64,2	46.542	55,2
Complemento de Formação	-	-	1.701	6,5	-	-	4.457	5,3
Especialização Pós-Licenciatura	291	1,2	918	3,5	1.124	1,4	2.630	3,1
Mestrado	1.364	5,5	2.588	9,9	5.205	6,4	8.391	9,9
Doutoramento	256	1,0	432	1,7	638	0,8	1.325	1,6

Legenda: NA – número absoluto.

Fonte: OCES, Evolução do número de inscritos no 1º pela 1ª vez no Ensino Superior, por distrito e por NUTSII: 1998 a 2005.

Quadro 29
Variabilidade do número de inscritos no primeiro ano pela primeira vez
segundo o tipo de curso em 1998 e 2005

Tipo de Curso	Taxa de Variação	
	Região Norte	Portugal
Bacharelato	-9,6	-93,1
Licenciatura Bietápica	-	-
Licenciatura e Equiparado	-14,1	-11,5
Complemento de Formação	-	-
Especialização Pós-Licenciatura	215,5	134,0
Mestrado	89,7	61,2
Doutoramento	68,8	107,7

Fonte: OCES, Evolução do número de inscritos no 1º pela 1ª vez no Ensino Superior, por distrito e por NUTSII: 1998 a 2005.

Apesar do total de inscritos pela primeira vez estar em nítido crescimento tanto para a Região Norte como para Portugal, se tivermos em linha de conta o tipo de tutela, já se encontram algumas oscilações na Região Norte no comportamento encontrado em cada um dos tipos de tutela. Isto é, na Região Norte predominam as primeiras inscrições no ensino público – Quadro 30 – e, entre 1989 e 2005, regista-se uma variação crescente do número de inscrições no ensino público e um decréscimo no ensino não público, tal como acontece para o país – Quadro 31.



Quadro 30

Número e peso relativo de inscritos no primeiro ano pela primeira vez por tipo de tutela

Ano	Região Norte					Portugal				
	Total	Público		Não Público		Total	Público		Não Público	
		NA	%	NA	%		NA	%	NA	%
1998	24.965	15.542	62,3	9.423	37,7	81.885	56.187	68,6	25.698	31,4
1999	23.439	14.850	63,4	8.589	36,6	79.210	55.232	69,7	23.978	30,3
2000	25.485	15.730	61,7	9.755	38,3	84.746	59.074	69,7	25.672	30,3
2001	27.986	17.552	62,7	10.434	37,3	93.249	65.929	70,7	27.320	29,3
2002	28.914	18.199	62,9	10.715	37,1	92.836	65.921	71,0	26.915	29,0
2003	28.324	17.437	61,6	10.887	38,4	94.446	67.640	71,6	26.806	28,4
2004	27.574	17.314	62,8	10.260	37,2	89.269	64.801	72,6	24.468	27,4
2005	26.067	16.973	65,1	9.094	34,9	84.363	63.365	75,1	20.998	24,9

Legenda: NA – número absoluto.

Fonte: OCES, Evolução do número de inscritos no 1º pela 1ª vez no Ensino Superior, por distrito e por NUTSII: 1998 a 2005.

Quadro 31

Taxa de variação do número de inscritos no primeiro ano pela primeira vez por tipo de tutela entre 1998 e 2005

	Região Norte			Portugal		
	Total	Público	Não Público	Total	Público	Não Público
1998 / 2005	4,4	9,2	- 3,5	3,0	12,8	- 18,3

Fonte: OCES, Evolução do número de inscritos no 1º pela 1ª vez no Ensino Superior, por distrito e por NUTSII: 1998 a 2005.

Uma vez que as áreas científicas que acolhem as inscrições são passíveis de traduzir pelo menos uma inserção profissional virtual, que a verificar-se se torna capaz de implementar a economia territorial através da aplicação do conjunto de saberes e qualificações adquiridas, interessa perceber o tipo de estrutura científica procurada e de inserção da primeira inscrição no ensino superior. Nesse sentido, o Quadro 32 indica-nos que a estrutura da procura prevalece de 1989 para 2005 no que respeita à primeira inscrição. Essa ocorrência aproxima a Região Norte ao país, priorizando ambos, ordenadamente, i) Ciências Sociais, Comércio e Direito, ii) Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção e iii) Educação.



Quadro 32
Número e Peso Relativo de inscritos no primeiro ano pela primeira vez
segundo a área científica em 1998 e 2005 (% em coluna)

Área Científica	Região Norte				Portugal			
	1998		2005		1998		2005	
	NA	%	NA	%	NA	%	NA	%
Agricultura	811	3,2	236	0,9	2.232	2,7	1.069	1,3
Artes e Humanidades	2.191	8,8	2.196	8,4	7.594	9,3	7.738	9,2
Ciências Sociais, Comércio e Direito	7.991	32,0	6.905	26,5	28.285	34,5	26.326	31,2
Ciências, Matemática e Informática	2.123	8,6	1.875	7,2	7.388	9,1	6.286	7,5
Educação	4.074	16,3	3.019	11,6	11.346	13,9	8.293	9,7
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	4.454	17,8	4.375	16,8	14.694	17,9	14.057	16,7
Saúde e Protecção Social	2.183	8,7	6.340	24,3	6.717	8,2	15.937	18,9
Serviços	1.138	4,6	1.121	4,3	3.629	4,4	4.657	5,5

Legenda: NA – número absoluto.

Fonte: OCES, Evolução do número de inscritos no 1º pela 1ª vez no Ensino Superior, por distrito e por NUTSII: 1998 a 2005.

Todavia, não poderíamos ficar indiferentes às taxas reveladoras não só da variação do número de inscrições entre os anos aqui referidos, mas também dos ritmos de mudança que caracterizam as variações. Assim, a área fortemente promissora no que respeita ao extraordinário crescimento é a da Saúde, e para ambas as unidades territoriais, situando-se uma forte queda na Agricultura – Quadro 33. De referir, contudo, que não obstante as variações negativas evidenciadas nas restantes áreas científicas, estas são bastante lentas; se nos reportarmos ao respectivo número absoluto, verificamos, mesmo, tratar-se, as mais das vezes, de quedas pouco significativas – Anexo J.

Quadro 33
Taxa de variação do número de inscritos no primeiro ano pela primeira vez
segundo a área científica entre 1998 e 2005

	Região Norte	Portugal
Agricultura	-70,9	-52,1
Artes e Humanidades	0,2	1,9
Ciências Sociais, Comércio e Direito	-13,6	-6,9
Ciências, Matemática e Informática	-11,7	-14,9
Educação	-25,9	-26,9
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	-1,8	-4,3
Saúde e Protecção Social	190,4	137,3
Serviços	-1,5	28,3

Fonte: OCES, Evolução do número de inscritos no 1º pela 1ª vez no Ensino Superior, por distrito e por NUTSII: 1998 a 2005.



Assim o que se nos oferece concluir a respeito desta abordagem, e relativamente ao futuro? Diríamos que a promessa se situa, precisamente, naquelas três áreas. As competências criadas em cada uma destas áreas, uma vez investidas nas unidades territoriais dos respectivos residentes traduzir-se-ão, certamente, em mais-valias que não devem ser desperdiçadas, sob a pena de se assistir a um investimento sem retorno e/ou escoamento de competências²⁹ o que, a verificar-se, acentuará ainda mais os desequilíbrios regionais já referidos.

Notas conclusivas

Em jeito de conclusão importa enunciar, sinteticamente, alguns pontos relevantes. Entre os anos lectivos de 1995/96 e 2003/04 predominam, na Região Norte, os estabelecimentos do 1º ciclo do ensino básico, seguidos dos de educação pré-escolar.

Do 2º ciclo do ensino básico ao secundário o número de estabelecimentos de ensino diminui abruptamente, registando-se valores relativos residuais para o conjunto de estabelecimentos de ensino superior. Por sua vez, a Região apresenta um peso relativo de estabelecimentos de 1º ciclo ligeiramente superior à média do país; no que refere aos estabelecimentos dos outros níveis de ensino a média apresentada pelo país é superior à da Região Norte. Ainda assim, naquele período temporal, assistiu-se a uma diminuição do volume de estabelecimentos de 1º e de 2º ciclos e uma evolução positiva ao nível dos estabelecimentos do 3º ciclo e do ensino superior. As sub-regiões mais afectadas no que refere à diminuição de estabelecimentos do 1º ciclo são Alto Trás-os-Montes e Minho-Lima. Em contrapartida, Cávado, Douro, entre Douro e Grande Porto, apresentam um alargamento da sua rede de estabelecimentos de 1º ciclo de natureza privada.

Relativamente ao ensino superior assiste-se a uma evolução positiva no que refere ao número de estabelecimentos onde esse tipo de ensino é ministrado. Alto Trás-os-Montes e Minho-Lima são duas das sub-regiões em que vem existindo uma aposta na expansão deste tipo de estabelecimentos – precisamente o oposto do verificado para os do 1º ciclo, onde o desinvestimento se tem vindo a fazer sentir.

No tocante à natureza institucional, na Região Norte também as realidades se opõem: prevalência de estabelecimentos de ensino público até ao ensino superior exclusive, nível de ensino que goza, essencialmente da oferta privada de estabelecimentos de ensino.

O conjunto de estabelecimentos de educação pré-escolar é alvo de uma variação positiva, alargando significativamente a sua oferta, nomeadamente de natureza pública. Aqui destaca-se, pela preponderância, o Ave, o Grande Porto e Minho-Lima. O Douro cresce a um ritmo bastante mais lento e Alto Trás-os-Montes, apesar de expandir a oferta pública, retrocede

²⁹ Madureira Pinto refere-se a tal como “*«brain drain»* ou *«êxodo de competências»*”. Cf. Pinto (1991).



ligeiramente no que respeita à oferta privada que assim desinveste a este nível nesta sub-região da Região Norte.

Entre os anos lectivos de 1995/96 e 2005/06 o contingente discente vai diminuindo significativamente o seu volume em cada um dos quatro níveis de ensino: 1º, 2º e 3º ciclos do básico e secundário. Isso acontece não só na Região Norte como também em Portugal. Pese embora esse facto, ao longo da década, a procura do ensino privado tem vindo a aumentar os seus efectivos nos dois primeiros ciclos na Região Norte, em todas as suas NUT's III com excepção do Minho-Lima e Entre Douro e Vouga. Em todas as unidades geográficas prevalece a inscrição dos alunos no ensino público, situando-se a uma forte distância relativamente ao ensino privado. As sub-regiões que mais alimentam o contingente de alunos são o Grande Porto, seguido, a alguma distância, pelo Ave, Cavado e Tâmega.

Considerando a educação pré-escolar, constata-se que o número total de alunos inscritos aumenta na Região Norte mas também em Portugal, sendo alimentado primordialmente pelo ensino público e com alguma distância marcada pelo privado. Apenas em Minho-Lima, Alto Trás-os-Montes e Douro, diminui ligeiramente o número de alunos inscritos nas instituições de natureza privada. Por outro lado, é claro o aumento do número total de alunos inscritos no ensino superior, não só na Região Norte como no país, ressaltando no seu confronto um padrão evolutivo muito próximo. Essa variação positiva resulta, contudo, basicamente do alargamento do número de inscrições no ensino público (apesar de termos constatado o maior crescimento do número de estabelecimentos privados de ensino superior, também para ambas as unidades geográficas).

O corpo docente até ao secundário é fortemente constituído pelo género feminino, não só na Região Norte e no país, mas também nas sub-regiões daquela. Ainda assim, no 2º ciclo a disparidade entre os géneros vai sendo atenuada, apesar de continuar evidente. O ensino público continua a absorver uma percentagem mais elevada de docentes comparativamente ao privado, apesar dessa fronteira se tornar mais esbatida no que respeita à educação pré-escolar. A maior concentração de docentes na Região Norte, ao nível das suas sub-regiões situa-se no Grande Porto, Tâmega, Ave e Cavado.

A evolução do corpo docente, entre os anos lectivos de 1995/96 e 2002/03 pode ser observada a vários níveis: i) a educação pré-escolar, regista-se uma variação evolutiva francamente positiva independentemente da natureza de ensino ministrado, exceptuam-se, apenas o Minho-Lima que vê decrescer para metade o volume dos docentes no ensino privado. Ainda assim, destaca-se o ensino público; ii) o 1º ciclo do ensino básico caracteriza-se por variações oscilantes entre as sub-regiões, apesar do ligeiro aumento de docentes registado na Região Norte tomada no seu conjunto. Contudo, é nítida a evolução positiva dos docentes do privado, destacando-se a este nível, o Cávado. No ensino público regista-se uma evolução negativa em três sub-regiões: Alto Trás-os-Montes, Ave e Tâmega. Assim, daqui se conclui que



na Região Norte, tal como no país, o maior efectivo docente se enquadra no conjunto constituído pelos docentes do 2º e 3º ciclos e secundário; ainda assim, tem vindo a diminuir o seu peso relativo no conjunto da Região Norte apesar do seu aumento absoluto. Se a educação pré-escolar vê alargar o seu contingente docente, é o ensino básico do 1º ciclo que perde uma franja mais significativa deles.

A consonância ao nível do comportamento evolutivo negativo em diferentes variáveis aliadas aos diferentes ciclos de ensino, revela mudanças que não podem deixar de ser tidas em linha de conta ao equacionar-se qualquer tipo de iniciativa a este nível e, a propósito deste, ao nível do plano laboral, com passível tradução a nível de desenvolvimento, desde logo económico, mas também de foro social.

No ensino superior a realidade demonstra um nítido acréscimo não só na procura mas também na oferta, o que se traduz num real crescimento do número de diplomados, com nítida evidência do género feminino. Esse crescimento não se limita à obtenção da Licenciatura enquanto grau, deslocando para cima o limite do grau académico procurado. Em contrapartida, assiste-se a ajustamentos no que toca à área científica privilegiada pela procura.

De acordo com as variáveis analisadas circunscritas à dimensão do ensino superior, percebe-se que o comportamento da Região Norte é bastante próximo do apresentado pelo país, encobrendo, contudo, desequilíbrios internos.

Finalmente, pela procura efectuada e traduzida pelo número de inscritos no 1º ano e pela primeira vez, constata-se que as áreas eleitas são i) Ciências Sociais, Comércio e Direito, ii) Engenharia, Indústrias Transformadoras e construção e iii) Educação. Assim, valeria a pena que a Região, através das suas sub-regiões, investisse nestas três áreas científicas através de iniciativas capazes de absorver, pelo menos, os diplomados autóctones. O investimento destes inscritos aponta para competências, saberes e qualificações virtuais futuras que, uma vez concretizadas, deverão contribuir para o desenvolvimento regional e/ou sub-regional. Caso contrário, serão competências que, não encontrando aplicação prática enquanto tal, facilmente entrarão em regressão, o que se traduzirá em dupla perda económica vivida pelo indivíduo, pelas famílias e pelo próprio Estado.



ANEXO



Quadro A

Peso relativo do número de alunos matriculados no ensino regular na Região Norte, por nível de ensino e natureza institucional, de 1995 / 1996 a 2005 a 2006 (Portugal = 100)

		1995 / 1996	1997 / 1998	1999 / 2000	2001 / 2002	2003 / 2004	2005 / 2006
Ensino Básico de 1º Ciclo	Total	39,4	38,9	38,4	38,2	37,8	37,3
	Público	40,6	40,0	39,6	39,5	39,0	38,4
	Privado	26,3	27,1	27,0	27,0	26,8	27,1
Ensino Básico de 2º Ciclo	Total	39,0	39,4	39,2	38,8	38,6	38,1
	Público	39,4	39,8	39,9	39,6	39,4	38,7
	Privado	35,0	35,7	33,4	32,5	32,1	32,9
Ensino Básico de 3º Ciclo a)	Total	36,6	38,1	38,4	38,7	38,4	38,8
	Público	36,5	38,3	38,9	39,2	39,1	39,4
	Privado	37,3	35,7	33,9	34,3	33,2	34,1
Ensino Secundário	Total	28,8	b)	31,9	32,9	33,9	34,7
	Público	27,6	b)	30,9	31,4	32,6	33,3
	Privado	41,4	b)	37,5	39,5	46,9	48,0

Notas:

a) Não inclui os cursos profissionais de nível 2.

b) Dado não disponível.

Fonte: INE, *Estatísticas da Educação*; INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*; INE, *Recenseamento Escolar*.

Quadro B

Alunos matriculados nos anos terminais por nível e tipo de ensino, de 1998 / 1999 a 2003 / 2004 a)

		1998 / 1999	1999 / 2000	2000 / 2001	2001 / 2002	2002 / 2003	2003 / 2004
Região Norte							
Ensino Básico	Total	46.333	45.564	45.648	43.553	43.643	43.266
	Regular	46.247	45.380	44.950	42.869	42.783	41.680
	Cursos Profissionais	86	184	69	123	121	125
Ensino Secundário	Total	38.912	38.755	34.971	33.092	30.895	30.633
	Gerais	26.144	27.185	25.252	23.509	21.989	22.490
	Cursos Tecnológicos	7.315	6.900	6.683	5.818	5.087	4.794
	Cursos Profissionais	2.971	2.962	2.809	3.565	3.604	3.158
Portugal							
Ensino Básico	Total	125.172	121.162	122.303	115.620	115.285	115.348
	Regular	124.869	120.757	118.978	112.790	112.703	110.650
	Cursos Profissionais	303	406	297	281	b)	363
Ensino Secundário	Total	130.773	127.827	109.586	92.782	85.175	94.557
	Gerais	86.719	89.189	82.030	76.190	69.991	69.894
	Cursos Tecnológicos	21.677	20.321	18.992	16.138	14.734	14.017
	Cursos Profissionais	8.500	8.975	8.071	b)	b)	10.189

Notas:

a) A soma das parcelas poderá não ter correspondência com o total da categoria, uma vez que, foram seleccionados apenas alguns tipos de ensino.

b) Dado não disponível.

Fonte: INE, *Estatísticas da Educação*.



Quadro C
Distribuição percentual das conclusões por nível e tipo de ensino, de 1998 / 1999 a 2003 / 2004 a)

		1998 / 1999	1999 / 2000	2000 / 2001	2001 / 2002	2002 / 2003	2003 / 2004
Região Norte							
Ensino Básico	Regular	99,8	99,7	98,5	98,6	98,3	97,6
	Cursos Profissionais	0,2	0,3	0,1	0,2	0,3	0,3
Ensino Secundário	Gerais	69,0	70,5	71,5	72,2	71,3	71,5
	Cursos Tecnológicos	16,6	15,3	16,5	15,6	13,5	14,6
	Cursos Profissionais	9,0	9,1	11,2	11,5	14,5	13,1
Portugal							
Ensino Básico	Regular	99,8	99,7	97,4	97,7	99,7	96,9
	Cursos Profissionais	0,2	0,3	0,2	0,2	0,3	0,3
Ensino Secundário	Gerais	20,6	70,3	74,6	75,2	71,0	73,3
	Cursos Tecnológicos	12,1	13,2	15,1	13,5	12,3	12,7
	Cursos Profissionais	0,7	8,9	9,7	10,8	16,2	13,5

Notas:

a) A soma das parcelas poderá não ter correspondência com o total da categoria, uma vez que, foram seleccionados apenas alguns tipos de ensino.

b) Dado não disponível.

Fonte: INE, *Estatísticas da Educação*.

Quadro D
Distribuição percentual do pessoal docente por nível de ensino ministrado e natureza institucional

Ano Lectivo	Unidade Territorial	Educação Pré-Escolar		Ensino Básico de 1º Ciclo		Ensino Básico de 2º e 3º Ciclo e Ensino Secundário	
		Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado
1995 / 1996	Portugal	69,5	30,5	92,8	7,2	92,1	7,9
	Região Norte	77,8	22,2	96,0	4,0	91,4	8,6
1996 / 1997	Portugal	a)	a)	a)	a)	a)	a)
	Região Norte	83,5	16,5	96,0	4,0	91,0	9,0
1997 / 1998	Portugal	71,7	28,3	93,1	6,9	91,3	8,7
	Região Norte	77,9	22,1	95,9	4,1	90,1	9,9
1998 / 1999	Portugal	53,3	46,7	92,8	7,2	91,6	8,4
	Região Norte	55,8	44,2	95,4	4,6	90,8	9,2
1999 / 2000	Portugal	55,3	44,7	a)	a)	a)	a)
	Região Norte	57,7	42,3	95,2	4,8	91,0	9,0
2000 / 2001	Portugal	54,0	46,0	92,5	7,5	97,4	2,6
	Região Norte	56,6	43,4	94,7	5,3	89,9	10,1
2001 / 2002	Portugal	54,6	45,4	92,7	7,3	a)	a)
	Região Norte	58,7	41,3	95,1	4,9	90,8	9,2
2002 / 2003	Portugal	a)	a)	a)	a)	a)	a)
	Região Norte	59,9	40,1	95,1	4,9	90,7	9,3
2003 / 2004	Portugal	a)	a)	a)	a)	a)	a)
	Região Norte	62,4	37,6	95,1	4,9	90,8	9,2
2004 / 2005	Portugal	58,8	41,2	93,0	7,0	91,1	8,9
	Região Norte	63,5	36,5	95,1	4,9	90,8	9,2
2005 / 2006	Portugal	a)	a)	a)	a)	a)	a)
	Região Norte	63,4	36,6	94,9	5,1	90,1	9,9

Nota: a) Dado não disponível.

Fonte: INE, *Estatísticas da Educação*.



Quadro E
Docentes por nível de ensino ministrado e natureza institucional

Ano Lectivo	Unidade Territorial	Educação Pré-Escolar			Ensino Básico 1º Ciclo		
		Total	Público	Privado	Total	Público	Privado
1995 / 1996	Região Norte	2.004	1.560	444	14.640	14.048	592
	Alto Trás-os-Montes	165	140	25	1.437	1.411	26
	Ave	154	122	32	2.102	2.045	57
	Cávado	273	242	31	1.656	1.625	31
	Douro	276	254	22	1.215	1.196	19
	Entre Douro e Vouga	198	183	15	911	885	26
	Grande Porto	526	243	283	3.929	3.558	371
	Minho-Lima	101	93	8	1.072	1.060	12
	Tâmega	311	283	28	2.318	2.268	50
1995 / 1996	Região Norte	3.953	3.259	694	15.346	14.590	756
	Alto Trás-os-Montes	265	236	29	1.363	1.327	36
	Ave	446	375	71	2.075	2.008	67
	Cávado	472	410	62	1.712	1.643	69
	Douro	354	322	32	1.278	1.246	32
	Entre Douro e Vouga	310	290	20	1.042	1.014	28
	Grande Porto	1.176	745	431	4.254	3.796	458
	Minho-Lima	244	240	4	1.003	989	14
	Tâmega	686	641	45	2.619	2.567	52

Fonte: INE, *Estatísticas da Educação*.

Quadro F
Taxa de variação dos docentes da educação pré-escolar na Região Norte e nas suas NUT's III entre 1995-96 e 2002-03

Unidade Territorial	Educação Pré-Escolar			Ensino Básico 1º Ciclo		
	Total	Público	Privado	Total	Público	Privado
Região Norte	97,3	108,9	56,3	4,8	3,9	27,7
Alto Trás-os-Montes	60,6	68,6	16,0	-5,1	-6,0	38,5
Ave	189,6	207,4	121,9	-1,3	-1,8	17,5
Cávado	72,9	69,4	100,0	3,4	1,1	122,6
Douro	28,3	26,8	45,5	5,2	4,2	68,4
Entre Douro e Vouga	56,6	58,5	33,3	14,4	14,6	7,7
Grande Porto	123,6	206,6	52,3	8,3	6,7	23,5
Minho-Lima	141,6	158,1	-50,0	-6,4	-6,7	16,7
Tâmega	120,6	126,5	60,7	13,0	13,2	4,0

Fonte: INE, *Estatísticas da Educação*.



Quadro G
População residente por nível de escolaridade completo e sexo em 1981

	Primário Elementar		Preparatório		Secundário Unificado		Secundário Complementar	
	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H
PT	2.731.231	1.450.718	377.830	200.718	266.687	142.275	96.613	55.024
RN	991.947	529.795	143.400	76.353	68.221	37.523	23.749	14.207
ATM	71.828	41.183	7.779	4.375	3.922	2.206	1.450	917
AVE	132.129	70.602	20.189	10.336	6.847	3.995	2.207	1.365
CAV	91.360	49.215	15.668	8.334	5.908	3.411	2.098	1.295
DOU	67.120	37.041	7.967	4.520	3.920	2.216	1.392	891
EDV	71.421	39.349	14.204	7.207	4.225	2.464	1.614	967
GP	345.392	176.160	46.953	25.134	35.537	18.583	12.423	7.104
ML	61.816	33.107	12.456	6.471	3.815	2.302	1.237	804
TMG	150.881	83.138	18.184	9.976	4.047	2.346	1.328	864
	Propedêutico / 12º ano		Índole Profissional		Médio		Superior	
	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H
PT	132.840	72.306	28.696	17.469	87.520	11.548	155.287	100.517
RN	34.038	18.692	6.453	4.010	25.787	3.255	35.716	22.596
ATM	1.520	756	166	92	2.473	373	1.635	1.142
AVE	2.349	1.309	447	297	3.021	315	2.473	1.680
CAV	2.471	1.335	340	245	3.384	404	2.947	1.994
DOU	1.546	811	219	150	2.484	419	1.673	1.196
EDV	1.647	891	198	140	1.526	189	1.393	905
GP	21.504	12.024	4.613	2.769	11.505	1.268	25.505	15.486
ML	1.382	743	216	146	2.021	265	1.540	1.096
TMG	1.619	823	254	171	2.757	426	1.497	1.091

Legenda: PT – Portugal; RN – Região Norte; ATM – Alto Trás-os-Montes; CAV – Cávado; DOU – Douro; EDV – Entre Douro e Vouga; GP – Grande Porto; ML – Minho-Lima; TMG – Tâmega.

Fonte: INE, *Recenseamento Geral da População e da Habitação*.



Quadro H
População residente por nível de escolaridade completo e sexo em 1991

Unidade Territorial	Básico Primário		Básico Preparatório		Secundário Unificado	
	HM	H	HM	H	HM	H
Portugal	2.656.515	1.352.156	688.966	365.815	310.490	158.872
Região Norte	988.971	506.429	313.242	164.100	83.520	43.494
Alto Trás-os-Montes	61.262	33.534	13.716	8.117	4.385	2.396
Ave	138.377	71.320	48.652	24.772	9.817	5.314
Cávado	93.039	48.209	40.467	20.408	7.951	4.219
Douro	64.374	34.093	15.970	9.005	4.676	2.542
Entre Douro e Vouga	74.121	39.298	30.057	15.202	5.623	3.066
Grande Porto	336.018	163.951	156.536	83.134	39.547	19.601
Minho-Lima	63.853	32.881	23.375	11.686	4.805	2.670
Tâmega	157.928	83.143	55.841	29.982	6.715	3.685
Unidade Territorial	Secundário Complementar		Médio		Superior	
	HM	H	HM	H	HM	H
Portugal	359.421	177.648	98.287	27.409	273.224	144.396
Região Norte	93.697	47.741	33.015	8.228	73.704	38.066
Alto Trás-os-Montes	4.937	2.538	2.743	649	3.072	1.625
Ave	9.397	4.928	3.369	772	5.218	2.681
Cávado	8.866	4.670	3.933	842	6.660	3.478
Douro	4.685	2.475	2.558	588	3.165	1.698
Entre Douro e Vouga	5.479	2.948	1.784	419	3.290	1.651
Grande Porto	49.184	24.483	13.274	3.845	45.763	23.483
Minho-Lima	5.119	2.574	2.245	468	3.235	1.725
Tâmega	6.030	3.125	3.109	645	3.301	1.725

Fonte: INE, *Recenseamento Geral da População e da Habitação*.

Quadro I
População residente por nível de escolaridade completo e sexo em 2001

Unidade Territorial	Básico 1º Ciclo		Básico 2º Ciclo		Básico 3º Ciclo	
	HM	H	HM	H	HM	H
Portugal	2.382.283	1.204.776	799.478	417.228	496.321	261.667
Região Norte	913.568	465.625	369.447	191.280	166.310	88.090
Alto Trás-os-Montes	58.126	31.770	16.109	8.942	7.698	4.474
Ave	132.805	68.170	60.864	31.098	22.946	12.263
Cávado	88.644	45.632	46.882	23.882	18.082	9.731
Douro	57.388	30.104	17.425	9.557	8.049	4.490
Entre Douro e Vouga	71.685	37.726	34.858	17.829	13.302	7.199
Grande Porto	292.517	140.740	93.247	47.917	64.665	32.659
Minho-Lima	59.719	31.203	26.739	13.531	10.571	5.763
Tâmega	152.684	80.280	73.323	38.524	20.997	11.511
Unidade Territorial	Secundário		Médio		Superior	
	HM	H	HM	H	HM	H
Portugal	704.090	340.625	66.965	32.729	622.417	260.100
Região Norte	201.989	98.805	18.621	8.580	178.105	71.777
Alto Trás-os-Montes	8.453	4.192	932	319	9.191	3.415
Ave	24.675	11.864	1.728	806	15.853	6.015
Cávado	20.766	10.067	2.069	858	18.516	7.380
Douro	8.766	4.199	918	320	8.914	3.518
Entre Douro e Vouga	13.992	6.898	833	394	9.657	3.644
Grande Porto	96.166	47.485	10.129	5.124	94.862	39.938
Minho-Lima	12.126	5.815	1.060	409	9.549	3.710
Tâmega	17.045	8.285	952	350	11.563	4.157

Fonte: INE, *Recenseamento Geral da População e da Habitação*.



Quadro J
Número de inscritos no primeiro ano pela primeira vez segundo a área científica em 1998 e 2005

Área Científica	Região Norte		Portugal	
	1998	2005	1998	2005
Agricultura	811	236	2.232	1.069
Artes e Humanidades	2.191	2.196	7.594	7.738
Ciências Sociais, Comércio e Direito	7.991	6.905	28.285	26.326
Ciências, Matemática e Informática	2.123	1.875	7.388	6.286
Educação	4.074	3.019	11.346	8.293
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	4.454	4.375	14.694	14.057
Saúde e Protecção Social	2.183	6.340	6.717	15.937
Serviços	1.138	1.121	3.629	4.657

Fonte: OCES, Evolução do número de inscritos no 1º pela 1ª vez no Ensino Superior, por distrito e por NUTSII: 1998 a 2005.



Bibliografia

ALMEIDA, Ana Nunes; VIEIRA, Maria Manuel (2006) – *A Escola em Portugal*. Lisboa: ICS.

ALMEIDA, João Ferreira; COSTA, António Firmino; MACHADO, Fernando Luís (1994) – Recomposição socioprofissional e novos protagonismo. In A. Reis, coord. – *Portugal, 20 Anos de Democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores.

AZEVEDO, Joaquim (2002) – *O Fim de um ciclo? A Educação em Portugal no Início do Século XXI*. Porto: Asa.

AZEVEDO, José Maria (2003) – *Disparidades Territoriais em Educação na Região Norte. Indicadores de escolarização construídos com informação dos censos de 2001*. Porto: CCDRN.

AZEVEDO, Natália; ESTEVES, António Joaquim (2002) – “Escolarização e (des)inserção social: acessos e insucesso escolares”. In FERNANDES, António Teixeira – *A Inserção Social. Percursos e Desvios de um Processo*. Porto: CCRN. p. 181-225.

BARRETO, António (1996) - *A Situação Social em Portugal (1960-1995)*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

BENAVENTE, Ana [et al.], coord. (1996) – *A Literacia em Portugal. Resultados de uma Pesquisa Extensiva e Monográfica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; CNE.

CANDEIAS, A. (2001) – Processos de construção da alfabetização e da escolaridade: o caso português. In STOER, Stephen; CORTESÃO, Luísa; CORREIA, J. orgs. – *Transnacionalização da Educação. Da Crise da Educação à «Educação» da Crise*. Porto: Afrontamento.

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE (1998) – Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e social 2000-2006 – *Diagnóstico Prospectivo da Região do Norte – Versão Provisória*. [Consult. 04 Nov. 2004]. Disponível em <http://www.ccr-n.pt>.

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE (2003) – *Programa de Actividades da CCDRN de 2004*. [Em linha]. Porto: CCDRN. [Consult. 10 Set. 2007]. Disponível em <http://www.ccr-norte.pt/regnorde/doc2015.php>.

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE (2007) – *Proposta de Programa Operacional do Norte, 2007-2013 [FEDER]*. [Em linha]. Porto: CCRN. [Consult. 10 Set. 2007]. Disponível em <http://www.novonorte.qren.pt>.

COMUNIDADES EUROPEIAS (1998) – *Retrato das Regiões*. Portugal. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.



CRUZ, Sofia Alexandra (2003) – *Entre a Caixa e a Casa. Retrato de trabalhadoras na Grande Distribuição*. Porto: Afrontamento.

DIRECÇÃO GERAL DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (2005) – *Portugal e a União Europeia. Indicadores sócio-económicos*. [Em linha]. Lisboa: DGDR. [Consult. 19 Out. 2007]. Disponível em http://www.qca.pt/publicacoes/download/cad_DGDR_2.pdf.

FERRÃO, João (1982) – Evolução e estrutura regional das classes Sociais em Portugal (1960-70). *Finisterra*. XVII, 34. p. 223-265.

FERRÃO, João (1985) - Recomposição social e estruturas regionais de classes (1970-80). *Análise Social*. nº 87-88-89.

FERRÃO, João (1996) - *A Demografia Portuguesa*, Cadernos do Público.

FORMOSINHO, João; MACHADO, Joaquim (2000) - A administração das escolas no Portugal democrático. In *Políticas Educativas e Autonomia das Escolas*. Porto: Asa.

GRILLO, Eduardo Marçal (1994) – O sistema educativo. In REIS, António, coord. – *Portugal, 20 anos de Democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2004) – *30 anos de 25 de Abril. Um Retrato Estatístico*. [Em linha]. Lisboa: INE. [Consult. 19 Out. 2007]. Disponível em http://www.ine.pt/portal/page/portal/PORTAL_INE/Publicacoes?PUBLICACOESpubboui=142198&PUBLICACOESmodo=2.

MACHADO, Fernando Luís; COSTA, António Firmino (1998) – Processos de uma modernidade inacabada. In COSTA, António Firmino; VIEGAS, José Manuel L., *Portugal que Modernidade?* Oeiras: Celta. p. 17-45.

OBSERVATÓRIO DO QCA III (2007) – *Quadro de Referência Estratégico Nacional - Portugal 2007-2013*. [Em linha]. Lisboa: Ministério do Ambiente do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. [Consult. 15 Set. 2007]. Disponível em <http://www.novonorte.qren.pt>

PAIS, José Machado (1998) – Da escola ao trabalho: o que mudou nos últimos anos em Portugal? In CABRAL, Manuel Villaverde; PAIS, José Machado, coord. - *Jovens Portugueses de Hoje*. Oeiras: Celta.

PINTO, José Madureira (1991) – Escolarização, relação com o trabalho e práticas sociais. In STOER, Stephen, org. - *Educação, Ciências Sociais e Realidade Portuguesa: uma abordagem interdisciplinar*. Porto: Afrontamento. p. 15-31.

PINTO, José Madureira (1994) – Escolarização e sistema económico. In PINTO, José Madureira, *Propostas para o ensino das Ciências Sociais*. Porto: Afrontamento. p. 170-187.

RESENDE, José Manuel; VIEIRA, Maria Manuel (2003) – Educação. In AAVV – *Portugal Social, 1991-2001*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística



SARMENTO, Manuel Jacinto [et al.] (2000) – *Trabalho Domiciliário Infantil – um estudo de caso no Vale do Ave*. Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade - Plano para a eliminação da Exploração do Trabalho Infantil.

SEBASTIÃO, João (1998) – Os dilemas da escolaridade. In COSTA, António Firmino; VIEGAS, José Manuel L. – *Portugal que Modernidade?* Oeiras: Celta. p. 311-327.

STOER, Stephen (1982) – *Educação, Estado e Desenvolvimento em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.

VALENTIM, Joaquim Pires (1997) – *Escola, Igualdade e Diferença*. Porto: Campo das Letras.

VIEIRA, Maria Manuel [et. al.], orgs., (2003) – *Democratização Escolar: intenções e apropriações*. Lisboa: Centro de Investigação em Educação.